

TURISMO NO VALE HISTÓRICO PAULISTA

debatendo experiências
integradas de ensino,
pesquisa e extensão

Organizadora

Clarissa M. R. Gagliardi



São Paulo, SP. ECA-USP, CNPq, CETES. 2021



Em 2015 o CETES – Centro de Estudos sobre Turismo e Desenvolvimento Social –, grupo de pesquisa vinculado ao Curso de Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, inaugurou um trabalho de planejamento do turismo em uma nova escala, iniciando uma experiência piloto na região do Vale Histórico, no Vale do Paraíba Paulista. Com recursos da Universidade de São Paulo e contrapartidas dos municípios parceiros, foram construídos de forma colaborativa 4 Planos Municipais de Turismo, 21 Projetos Interdisciplinares, 2 pesquisas de pós-doutorado, 2 pesquisas de Iniciação Científica, além de promover diversos fóruns de debate sobre o desenvolvimento do turismo na região entre os anos de 2015 e 2019. De 2017 a 2021, os recursos aportados pelo CNPq para o projeto Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Social no Vale Histórico Paulista, permitiram aprofundar a vertente da pesquisa científica na região e também divulgar os resultados obtidos em diversos artigos publicados no Brasil e no exterior. O conjunto de municípios com os quais trabalhamos teve sua história marcada pela lavoura cafeeira e nas últimas décadas têm buscado inserção em circuitos turísticos e culturais, nos permitindo experimentar diferentes perspectivas de análise sobre processos de patrimonialização, governança, gestão e planejamento turístico, entrecruzando ações de ensino, pesquisa e extensão. Neste momento em que concluímos nossa jornada no Vale, convidamos interessados no tema a partilhar conosco deste debate sobre os trabalhos realizados na região, a partir das perspectivas dos diferentes agentes envolvidos. Certamente não se trata de concluir, mas de refletir sobre as ações experimentadas para realimentar nosso grupo para empreender novas formas de colaboração, mirando um futuro mais promissor para as cidades paulistas e estabelecendo também uma nova e ampla agenda de pesquisa no Vale e para além dele.

Turismo no Vale Histórico Paulista:

debatendo experiências integradas de ensino, pesquisa e extensão

Clarissa M. R. Gagliardi
Organizadora

Revisão técnica e diagramação: Isadora R. Petry.

Capa: Giuliano Gagliardi.

Foto da Capa: Bairro Bom Jesus, Silveiras, 2017. Foto de Marina Stella Ferreira.

Mapa da contra-capas: Recorte do Vale Paulista. Fonte: Mapa da Província de São Paulo. Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo. Rio de Janeiro: Lith. Paulo Robin & Cia, 1886. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Autoras e Autores:

Clarissa M. R. Gagliardi, Karina Toledo Solha, Mirza Pellicciotta, Barbara Marie Van Sebroeck Lutiis Silveira Martins, Diego Edmilson Peralta, Vanessa Biazoli, Dalton Branco, José Luiz de Moraes, Márcia Azeredo, Solange Barbosa.

São Paulo, SP.
ECA-USP; CETES; CNPq.
2021.



É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

C938 Turismo no Vale Histórico Paulista [recurso eletrônico] : debatendo experiências integradas de ensino, pesquisa e extensão / organização Clarissa M. R. Gagliardi. – São Paulo : ECA-USP : CETES : CNPq, 2021.
e-PUB

ISBN 978-65-88640-39-5

1. Turismo - Vale do Paraíba. 2. Extensão universitária. I. Gagliardi, Clarissa M. R..

CDD 23. ed. – 910.98161

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado CRB-8/6194

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR

Prof. Dr. Vahan Agoppyan

VICE-REITOR

Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

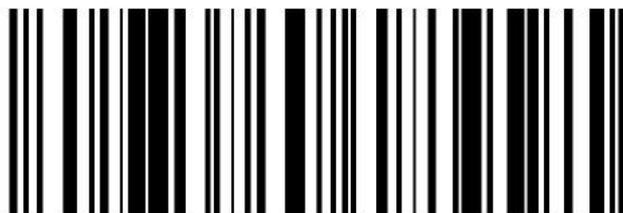
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

DIRETORA

Profa. Dra. Brasilina Passarelli

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. Eduardo Henrique Soares Monteiro



9786588640395

ISBN

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO Clarissa M. R. Gagliardi	06
I – EXPOSITORES	14
APRENDENDO PLANEJAMENTO TURÍSTICO COM AS CIDADES DO VALE HISTÓRICO Karina Solha	16
PLANEJAMENTO DO TURISMO E RELEITURA DO VALE HISTÓRICO Bárbara Marie Van Sebroeck L. S. Martins	21
ATRAVÉS DAS FACHADAS DE BANANAL Diego Edmilson Peralta e Vanessa Biazioli	30
TURISMO E PATRIMÔNIO NO VALE HISTÓRICO: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DAS NARRATIVAS TURÍSTICAS NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE INCLUSÃO Clarissa M. R. Gagliardi	38
TURISMO E PATRIMÔNIO NO VALE HISTÓRICO PAULISTA Mirza Pellicciotta	45
II - DEBATEDORES Dalton Branco, José Luiz de Moraes, Márcia Azeredo e Solange Barbosa	57
II.1 – DEBATE	76
III – PUBLICAÇÕES	86
IV – SOBRE OS AUTORES	90
V – REFERÊNCIAS	93
ÍNDICE DE FIGURAS	97

APRESENTAÇÃO

Esta publicação registra um encontro realizado por pesquisadores, docentes e alunos do Curso de Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade São Paulo com representantes da sociedade civil, do mercado de turismo e da gestão pública da região do Vale do Paraíba Paulista, para discutir alguns resultados do projeto *Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Social no Vale Histórico Paulista*, financiado com recursos do Edital Universal MCTI/CNPq e concluído em maio de 2021. O webinar, intitulado **Turismo no Vale Histórico: uma discussão a partir de experiências integradas de ensino, pesquisa e extensão**¹, aconteceu no dia 12 de maio de 2021 e teve por objetivo compartilhar com um público mais amplo os resultados de um trabalho articulado de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvido no âmbito do Curso de Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e do CETES – Centro de Estudos sobre Turismo e Desenvolvimento Social.

A escolha do Vale Histórico² como lócus deste trabalho experimental se explica pelos seus diferentes atributos. A região integra um conjunto de cidades brasileiras correspondentes à zona econômica mais dinâmica do Império do Brasil na primeira metade do século XIX, cujas marcas da lavoura cafeeira podem ser lidas na sua paisagem, no rico patrimônio cultural e nas narrativas construídas para guiar seus visitantes. Dispondo de recursos financeiros destinados pelo estado de São Paulo às Estâncias e Municípios de Interesse Turístico³, o Vale Histórico vem buscando inserir-se nos circuitos turísticos a

¹ A gravação do evento pode ser acessada no canal do Curso de Turismo da ECA USP no youtube, disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=xH4MqOyTf0E>.

² O Vale do Paraíba abrange o leste do estado de São Paulo e oeste do estado do Rio de Janeiro e seu nome deriva da localização junto à bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. A porção paulista do Vale do Paraíba abrange 39 municípios agrupados em cinco sub-regiões, sendo o Vale Histórico formado por Bananal, Arapeí, São José do Barreiro, Areias, Silveiras e Queluz.

³ “As estâncias possuem infraestrutura e serviços direcionados ao turismo, seguindo legislação específica e pré-requisitos para a qualificação. São 70 municípios com essa classificação em São Paulo e elas podem ser destacadas como Turísticas, Climáticas e Hidrominerais. Em 2016, uma lei estadual criou a categoria Municípios de Interesse Turístico, que também visa oferecer maiores condições para incrementar o turismo em outras cidades - cerca de 140 são aptas a integrar essa categoria...”. Disponível em: <https://www.sao-paulo.sp.gov.br/conhecasp/praias-e-estancias/estancias/>, acessado em 29 de jun. de 2021. Entre as seis cidades que compõem o Vale Histórico, Bananal e São José do Barreiro são estâncias, enquanto Areias e Queluz foram reconhecidas como MIT, perfazendo um valor aproximado de R\$ 6 milhões para investimento em turismo anualmente, se considerado o valor disponibilizado para os MIT's em cerca de R\$ 600 mi/ano e a dotação de R\$

partir dos seus diferentes suportes. A estas condições, se somou o acúmulo de informações sobre o território que já trazíamos de experiências anteriores de pesquisas⁴ e a busca de um território capaz de abrigar nossa experiência de planejamento do turismo em uma escala regional a partir da integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão, configurando-se assim um território profícuo para nosso trabalho, iniciado em caráter experimental em 2015 por uma equipe formada por docentes e pesquisadores vinculados ao Curso de Turismo da ECA USP.

O trabalho envolveu ações de formação discente, atividades de pesquisa e a construção de quatro Planos de Desenvolvimento Turísticos Municipais nas cidades de São José do Barreiro, Bananal, Silveira e Queluz⁵. Paralelamente a estas ações iniciadas em 2015, tivemos a aprovação do projeto *Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Social no Vale Histórico Paulista*, pelo CNPq em 2017, o que permitiu aprofundarmos as atividades de pesquisa e ampliarmos as ações de divulgação científica. O quadro a seguir reúne o conjunto de atividades desenvolvidas entre 2015 e 2021, no âmbito do qual se inserem os textos reunidos neste e-book e aqueles divulgados nos eventos e publicações indicados na seção **Publicações**.

A integração ensino-pesquisa-extensão alcançada por meio do cruzamento de algumas ações indicadas na figura a seguir, permitiram otimizar o estudo das diferentes dimensões do território, promover aproximações com as comunidades, levantar e sistematizar dados e informações relevantes para a compreensão das dinâmicas locais e regional. O círculo da esquerda indica o plano pedagógico, voltado ao ensino de planejamento turístico a partir da experiência concreta de alunos e docentes em campo e envolve o levantamento e a análise de dados em diálogo com representantes das comunidades, com vistas à construção conjunta de diretrizes para o desenvolvimento do turismo. As atividades denominadas de extensão (E), envolvem diretamente o legado construído com as comunidades para o território e se consubstancia principalmente nos Planos de Desenvolvimento Turístico Municipais e nos Projetos

2.506.658 para Bananal e de R\$ 2.431.401 para São José do Barreiro em 2018. Dados da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo (Fonte: Distribuição de Recursos do Fundo de Melhorias dos Municípios Turísticos – Estâncias e Municípios de Interesse Turístico 2018. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br>, acessado em 04 de ago. de 2019.

⁴ GAGLIARDI, Clarissa. **As Cidades do Meu Tempo: turismo, história e patrimônio em Bananal**. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2011.

⁵ Todos os Planos de Desenvolvimento Turísticos Municipais (PDTM) e os Projetos Interdisciplinares de Turismo (PIT) desenvolvidos no Curso de Turismo da ECA USP podem ser consultados nos links:

<http://www2.eca.usp.br/nucleos/turismo/index.php/2018/10/20/planos-diretores-de-turismo-municipais/> e

<http://www2.eca.usp.br/nucleos/turismo/index.php/projetos-interdisciplinares-de-turismo/>.

Interdisciplinares de Turismo, resultantes de prioridades definidas junto aos agentes locais. No Plano Científico, estão alocadas as ações especificamente voltadas para análises e reflexões desenvolvidas paralelamente aos trabalhos de ensino e extensão e sua divulgação no âmbito da comunidade científica.

Atividades Desenvolvidas entre 2015 - 2021	
4	Planos de Desenvolvimento Turístico Municipais: São José do Barreiro, Bananal, Silveiras e Queluz
21	Projetos Interdisciplinares
1	Pesquisa financiada - CNPq
2	Pesquisas de pós-doutorado
2	Pesquisas de Iniciação Científica
8	Visitas técnicas e fóruns semestrais de debate e audiências públicas em São José do Barreiro, Bananal, Silveiras e Queluz
1	Fórum de Turismo Regional – São José do Barreiro
4	Apresentações de resultados em eventos científicos
10	Publicações nacionais e internacionais em jornais, periódicos acadêmicos, boletim e anais de eventos científicos

Figura 1: Atividades desenvolvidas entre 2015-2021.

(Fonte: elaboração do autor).

Estas diferentes dimensões do trabalho desenvolvido no Vale Histórico têm sido objeto de uma série de reflexões nos planos pedagógico e da investigação científica, de modo que o registro do material apresentado e das questões debatidas durante o webinar que aqui assume este formato de e-book, expressa apenas uma pequena parte deste conjunto difuso de ações associadas ao processo de ensino e aprendizagem, à comunidade científica e aos segmentos sociais atuantes na região. A publicação foi organizada a partir da transcrição dos conteúdos apresentados no evento e textos encaminhados por convidados e estão dispostos em duas seções. A primeira reúne alguns resultados dos trabalhos desenvolvidos por membros vinculados ao Curso de Turismo da ECA USP e selecionados para serem discutidos com os representantes de diferentes segmentos das comunidades envolvidas com função de debatedores, tendo levantado as questões que se consubstanciam na segunda seção.

A primeira seção é inaugurada pela explanação ***Aprendendo planejamento turístico com as cidades do Vale Histórico***, feita pela coordenadora do CETES, Centro de Estudos em Turismo e Desenvolvimento Social e professora do Curso de Turismo da ECA USP, Dra. Karina Toledo Solha. Docente atualmente responsável pelas disciplinas de Planejamento e Organização do Turismo no Curso da ECA, coordenou os Planos de Turismo dos municípios de Silveiras e Queluz entre 2017 e 2019.

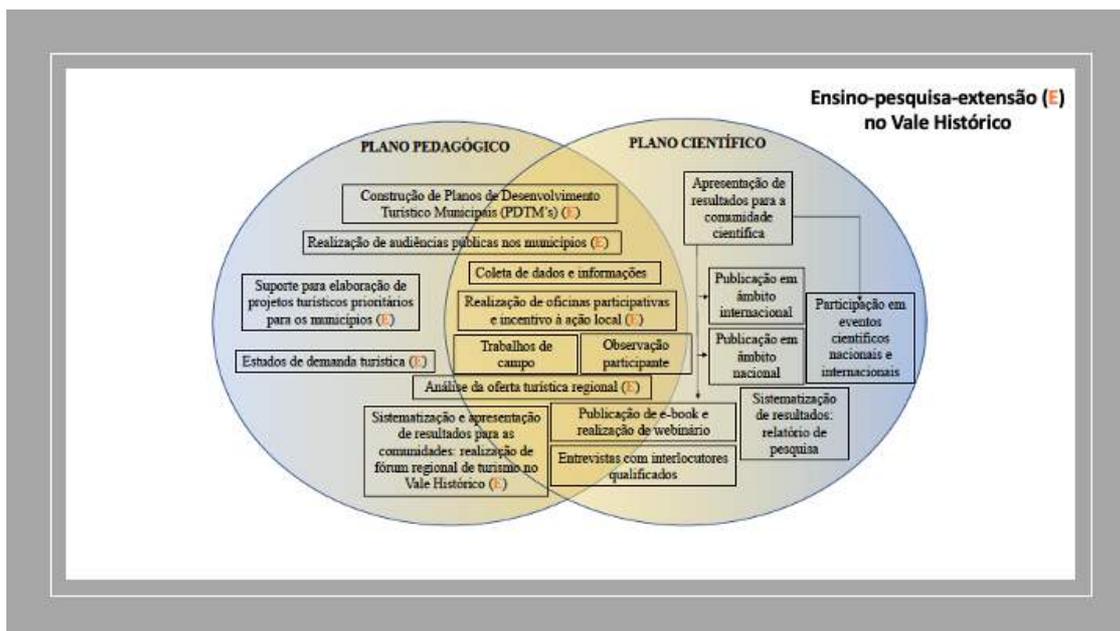


Figura 2: Ensino-pesquisa-extensão no Vale Histórico.
(Fonte: elaboração do autor).

Em seu texto, a docente expressa a vinculação das ações de ensino de planejamento turístico ao território, num importante trabalho de imersão com os alunos no campo, voltado à interação com as comunidades e à vivência do processo envolvido na construção de um destino turístico, que no caso em tela, iniciou-se a partir do reconhecimento das especificidades dos municípios que compõem o Vale Histórico, para então fazer emergir uma ação coletiva na região. Além dos Planos Municipais construídos conjuntamente e entregues aos municípios, os alunos envolvidos elaboraram projetos para a operacionalização de diretrizes prioritárias. É sobre um destes projetos que trata o segundo texto **Planejamento do Turismo e Releitura do Vale Histórico**, de Bárbara Marie Van Sebroeck L. S. Martins. A exposição recupera sua incursão no Vale com o levantamento de percepções das crianças sobre o patrimônio cultural e o lazer na cidade de Bananal em 2016, passando pela sua experiência na elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico e do Projeto Interdisciplinar no município de Silveiras, entre 2017 e 2018. Seu texto parte das observações iniciais sobre a região e detalha a trajetória construída com seus colegas de turma para a definição de um projeto de sinalização turística, com uma série de indagações sobre a aderência da proposta às identidades locais e os diálogos estabelecidos com seus interlocutores, evidenciando a enorme relevância dos trabalhos de campo e da aproximação com os segmentos que compõem as diferentes realidades imbricadas no Vale Histórico. Similar à experiência da Bárbara, o texto **Através das fachadas de Bananal**⁶, de autoria de Diego Peralta e Vanessa Biazioli, rememora como seu grupo de trabalho percebeu na falta de identificação da população local com o patrimônio edificado, uma oportunidade para reforçar laços de pertencimento por meio da

⁶ Texto elaborado pelos autores, sem participação no webinar.

inclusão de moradores e de personagens desconhecidos da história em um projeto de turismo cultural. Na proposta de roteiro autoguiado no centro histórico de Bananal elaborada pelos alunos, o grande desafio foi articular referências acadêmicas, teóricas e críticas com o caráter pragmático do projeto de intervenção, ao mesmo tempo demonstrando sua viabilidade como negócio e garantindo os princípios de inclusão e cidadania que impulsionavam o projeto.

Os últimos dois textos que compõem esta primeira seção abordam diferentes temas de pesquisa, desenvolvidos em projetos paralelos às ações de ensino e extensão. O primeiro deles se intitula ***Turismo e Patrimônio no Vale Histórico: reflexões sobre o papel das narrativas turísticas na construção de espaços de inclusão*** e trata de aspectos que integram resultados do projeto financiado pelo CNPq *Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Social no Vale Histórico Paulista*, desenvolvido sob coordenação da profa. Dra. Clarissa M. R. Gagliardi, que também esteve à frente dos Planos de Desenvolvimento Turístico dos municípios de São José do Barreiro e de Bananal, entre 2015 e 2017. O texto destaca dois aspectos observados na região, i) a forma como o turismo se relaciona com as histórias e memórias do Vale Histórico, particularmente com as memórias da escravidão de negros na lavoura cafeeira, em geral, ocultadas ou minimizadas nas visitas turísticas oferecidas nos atrativos culturais e ii) a hipótese de que este uso seletivo da história local compromete a construção e a consolidação de ações e espaços de governança colaborativa voltados ao turismo. Para a pesquisadora, a escravidão de negros nesta região representa uma dívida que carece de ações de reparação para as quais o turismo deveria colaborar, investido de uma noção de justiça e cultura pública, todavia não exploradas como projeto coletivo. O segundo, ***Turismo e Patrimônio no Vale Histórico Paulista***, é resultado da pesquisa de pós-doutoramento de Mirza Pellicciotta, *Turismo e patrimônio no Vale Histórico Paulista: subsídios de estudo para um aprimoramento de interações*, desenvolvida entre 2015 e 2017 em sinergia com os demais trabalhos realizados pela equipe. O texto enfoca a investigação da historiadora sobre os marcos históricos de formação/transformação da microrregião de Bananal face aos marcos de representação conferidos pelo turismo a este território ao longo do tempo, colaborando com proposições para uma melhor interação entre os campos do patrimônio e do turismo. Destaca-se como colaboração importante deste trabalho, sua proposta de *itinerários culturais* como conceito capaz de iluminar a profusão de trocas culturais, dinâmicas produtivas e fluxos mercantis vividos na região, favorecendo o reconhecimento e a preservação das singularidades locais.

A segunda seção reúne os conteúdos trazidos pelos debatedores, convidados para comentar os resultados do trabalho da Universidade no Vale Histórico e desencadear o debate, transcrito ao final. O primeiro a comentar, foi **Dalton Branco**, advogado, morador de São José do Barreiro, atual presidente do COMTUR - Conselho Municipal de Turismo de São José do Barreiro e

parceiro fundamental na mobilização da população para a construção coletiva de um plano de turismo, sua implementação e gestão. Sua exposição discute a reconstrução do COMTUR como espaço de governança colaborativa das políticas de turismo, não obstante a arraigada cultura política local, pouco afeita aos processos participativos, e o uso sistemático dos recursos financeiros sem um planejamento capaz de estruturar o turismo como vetor de desenvolvimento local. Neste contexto, Dalton observa que o trabalho da Universidade desencadeou um processo importante de estímulo ao empoderamento da sociedade civil e de seus espaços de construção e decisão coletivas sobre as políticas de turismo, além de iluminar diretrizes importantes para a valorização do patrimônio cultural da cidade, apesar das dificuldades impostas pela pandemia e dos desafios da democracia no atual contexto político vivenciado nacionalmente.

O relato do ex-secretário de turismo de Bananal, José Luiz de Moraes, corrobora a relevância do trabalho realizado pela Universidade para a construção do Plano de Desenvolvimento Municipal de Turismo de Bananal, mas reforça a percepção de que ações pontuais, ainda que imbuídas de boa vontade, não são suficientes para estruturar a atividade turística. Quando fazíamos nossa primeira assembleia sobre o Plano e Turismo de São José do Barreiro, em 2015, José Luiz esteve presente e viabilizou o encadeamento de nossas ações em Bananal para o ano seguinte, demonstrando a disposição daquela gestão municipal em apoiar o planejamento turístico. Todavia, a trajetória descrita pelo ex-secretário é reveladora da necessidade de espaços de governança sólidos para garantir a continuidade de projetos e ações que só se consolidam a longo prazo, superando as oscilações das políticas de governo. Seu depoimento registra ainda posturas recorrentes na região e que colaboraram para o pouco alcance dos investimentos em turismo, notadamente o sistemático desvio de finalidade no uso dos recursos destinados à área e as ações ancoradas em iniciativas pessoais e não instituídas por programas atrelados a políticas públicas, reforçando nossa constatação ao final deste projeto, de que o problema não é a falta de recursos financeiros, mas sua aplicação desvinculada em uma estratégia pactuada de desenvolvimento turístico.

Dada a presença de duas Estâncias Turísticas no Vale Histórico – Bananal e São José do Barreiro - e dois Municípios já enquadrados como Interesse Turístico (MIT) – Areias e Queluz,, configurando uma região com amplo acesso aos recursos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos – DADETUR, buscamos a APRECESP – Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo como parceira importante para mobilizar estes municípios para o planejamento turístico, representada aqui pela sua atual gerente de relações institucionais, Márcia Azeredo. Seu depoimento destaca a importância da parceria com a Universidade para municípios que, embora com status de estância, são de pequeno porte e com estruturas muito enxutas, muitas vezes com escassez de profissionais com domínio

técnico e sem equipes disponíveis para articular setores para o planejamento turístico. A trajetória de Márcia, que além do seu trabalho na APRECESP também já foi secretária de turismo de São Bento do Sapucaí, legitima sua tradução do cotidiano dos municípios turísticos, conhecendo o modo como opera a estrutura pública e ao mesmo tempo observando “de fora”, as possibilidades de articulação, mas também o alcance limitado da atuação dos agentes externos quando suas propostas não estão ancoradas em movimentos emanados do próprio território.

Por fim, a contribuição de Solange Barbosa, profissional que atua no mercado de turismo na região do Vale do Paraíba, coordenadora do programa cultural Rota da Liberdade e consultora da UNESCO para o Programa Rota do Escravo⁷. Seu relato demonstra como os aspectos observados da perspectiva acadêmica sobre a invisibilidade da memória dos negros escravizados nos espaços turísticos do Vale Histórico se configura também como entrave para a diversificação das vivências e do próprio mercado turístico regional. Solange relata a resistência destas cidades em aceitar que sejam apresentadas por meio de narrativas que situam o negro como protagonista, invertendo a lógica predominante de se contar a história e apresentar o legado cultural a partir da elite cafeeira. Solange reforça as potencialidades do Vale Histórico enquanto lugar de formação, de vivências, de experiências, iluminando assim dimensões não exploradas pelo próprio turismo, como instrumento de reparação simbólica e de formação histórica a partir de questões do nosso tempo presente.

A seção que encerra esta publicação foi organizada de forma a aproximar o leitor do debate que se seguiu às apresentações, com o encadeamento das perguntas, respostas e comentários dos participantes em sua ordem original. Naturalmente, diante da profusão de questões observadas ao longo do projeto, nosso objetivo com o webinar e com esta publicação foi apenas registrar o encerramento de um ciclo e oportunizar a divulgação deste trabalho, sem a pretensão de reunir todas as atividades realizadas e seus amplos resultados, possíveis em função de uma enorme rede de colaboradores a quem devo também aqui agradecer e passo a elencar. As comunidades dos municípios de São José do Barreiro, Bananal, Silveiras e Queluz que colaboraram com nosso

⁷ A Rota da Liberdade é um percurso de visita que privilegia conhecimento, habilidades, religiosidade e organização comunitária em diferentes lugares de memória negra na região do Vale do Paraíba. O projeto *Rota do Escravo: resistência, liberdade, herança* foi lançado pela UNESCO em 1994, para dar visibilidade aos modos como a escravidão foi operada e suas consequências e colaborar para a compreensão das interações e heranças culturais oriundas destes processos históricos. Destaca-se sua preocupação em trazer à tona histórias ocultadas, intervir na construção de memórias públicas e sensibilizar os públicos para a escravidão e o tráfico. Para outras informações sobre a Rota da Liberdade, consultar <https://rotadaliberdade.site> e sobre a Rota do Escravo <https://en.unesco.org/themes/fostering-rights-inclusion/slave-route>.

trabalho concedendo entrevistas, dedicando seu tempo para nos contar sobre eles próprios, sobre sua vida e atuação no Vale, que abriram suas casas, seus empreendimentos, suas memórias para a equipe e para os alunos. Estudantes e professores das escolas locais, moradores e visitantes, comerciantes, proprietários e gestores de atrativos turísticos, membros das diferentes associações da sociedade civil, Conselhos Municipais de Turismo, profissionais de turismo, representantes do poder público. Agradecimentos estendidos à APRE-CESP, pela interlocução e apoio às nossas atividades. À Universidade de São Paulo, que viabilizou atividades em campo e nos dá liberdade intelectual para uma formação plural e crítica do profissional de turismo. Aos alunos, que nos ajudaram a construir todo o processo desenvolvido no Vale Histórico, e também àqueles que deram suporte ao webinar e colaboraram para a organização deste e-book. Aos docentes e pesquisadores envolvidos: Profas. Dras. Karina Toledo Solha, Débora Cordeiro Braga, Mirian Rejowski, Rosana Bignami, Mirza Pellicciotta. Por fim, agradeço ao CNPq pelo recurso concedido, fundamental para viabilizar etapas da pesquisa e, sobretudo, para a divulgação dos seus resultados, inclusive por meio desta publicação.

Clarissa M. R. Gagliardi
São Paulo, junho de 2021.

I – EXPOSITORES



Figura 3: Trabalho de Campo em Silveiras. Morro dos Macacos, 2017.
Foto de Júlia Alves de Souza.

APRENDENDO PLANEJAMENTO TURÍSTICO COM AS CIDADES DO VALE HISTÓRICO

Karina Solha

É um prazer rever os amigos, os companheiros de trabalho ao longo do tempo e os colegas da região. Quando estávamos organizando o evento, eu dizia à Clarissa que gostaria mais de ouvi-la do que de ouvir-me de novo, porque ela foi avançar em estudos que trazem uma perspectiva diferente e muito interessante, que diz respeito à ideia de sair do quadrado, do senso comum, e esse espaço em particular serve para discutirmos um pouco isso. A minha responsabilidade nesse momento é contar um pouquinho do que estamos fazendo na área do ensino.

Vocês imaginam o que é estar em uma região por mais de cinco anos e convivendo com esses diferentes municípios e suas demandas? Tentamos trazer a experiência do professor de permanência para grupos de alunos que se envolvem no projeto a cada novo ano. Periodicamente, temos uma turma nova em que precisamos convencer todo mundo de que trabalhar no Vale será muito legal. Não é muito difícil depois que eles visitam o local, mas é mais difícil convencê-los a fazer alguma coisa quando não podemos mais visitá-los, como no ano passado [por conta da pandemia], então isso ficou mais complicado. Mas a partir do momento em que a gente consegue estar no Vale, no município que trouxe a sensação de que ali muita coisa pode ser feita, e que a chance de sucesso é imensa, aí os alunos compram a ideia, abraçam a causa durante um período longo de trabalho. E é justamente a partir daí que eu gostaria de contar um pouquinho sobre esse trabalho no ensino.

Na formação dos nossos alunos, seguimos uma linha muito forte no que diz respeito a pensar destinos turísticos, e isso acaba acontecendo dentro de um período de um ano e meio em um conjunto de disciplinas que trabalham planejamento e gestão de destinos, com nomes diferentes, mas é basicamente isso que a gente faz durante de um período de um ano e meio. Nessas disciplinas, não se trabalha exclusivamente em sala de aula. Tais disciplinas até perdem o sentido quando a gente só fica nos livros, pois elas precisam da interação com as comunidades, com os lugares, e dentro dessa proposta, fazemos visitas regulares aos destinos com os quais a gente trabalha. Qual é o grande objetivo de trazer para os nossos alunos de graduação essa percepção de realidade, essa experiência de convivência com algumas localidades? É porque nós acreditamos fortemente que o Turismo só terá resultados eficazes quando começarmos a trabalhar com isso de um modo profissional, e

trabalhar profissionalmente com o Turismo significa ter consigo um entendimento de que é preciso planejar o desenvolvimento dos destinos. Não é só “deixar acontecer”. Nós temos competência técnica, temos conhecimento para organizar esse desenvolvimento, e é por isso que nos preocupamos em preparar os nossos alunos para a sua vida profissional. Esse planejamento do desenvolvimento turístico possui, na sua perspectiva didática, um conhecimento sobre a teoria e uma aplicação prática, que só será compreensível quando se estabelecer um entendimento de que planejar desenvolvimento é processo, e não um momento. Ele se caracteriza por muitos momentos, de fato, por uma série de ações articuladas que vão acontecendo em determinado período de tempo; ou seja, falo aqui de um processo político, na medida em que precisamos engajar e mobilizar as pessoas que estão naquele destino, ligadas diretamente ou indiretamente pelo turismo, mas que, de alguma forma, podem receber seus resultados. Acredito que a nossa capacidade de gerar informação de qualidade, analisar o ambiente em que o Turismo vai se desenvolver no destino, os acontecimentos do entorno e aqueles mais complexos, de economia, do meio ambiente e da sociedade, diz respeito a ser capaz de enxergar tudo isso de modo a gerar um quadro em que o Turismo se estabelece hoje e se desenvolve ao longo do tempo.

Então quando eu falo em ensinar alguém a planejar o desenvolvimento de um destino, eu preciso que no final do processo ele tenha essa compreensão, e essa compreensão melhora quando podemos estar lá. Precisamente por isso, temos uma preocupação muito grande em estabelecer essas parcerias com os municípios, principalmente com os gestores públicos em um primeiro momento, pois são eles que vão trazer para nós a possibilidade de articular e de falar com as pessoas, com a comunidade local e suas diferentes apresentações.

Nosso trabalho no Vale se deu da seguinte forma: a gente queria trabalhar regional, e o nosso primeiro embate foi: como a gente vai trabalhar regional quando não existem fortalezas em um nível mais básico, que é o nível de município? E apesar de termos feito o trabalho regional a contragosto naquele momento, escolhemos começar por um fortalecimento nos municípios, levando nossos alunos de graduação para provocar, questionar e gerar subsídios para pensar o turismo no município. Começamos essa tarefa no nível municipal, foi aí que ao longo dos anos, conseguimos trabalhar com São José do Barreiro, com Bananal, com Silveiras e com Queluz. Talvez vocês se perguntem: “Mas tão pouco. Quatro municípios?” Pouco, mas muito, porque a decisão foi estratégica, quando começamos com São José do Barreiro e Bananal, foi porque nós acreditávamos que eles tinham competências para se tornarem indutores dessa discussão de turismo na região, até porque estes municípios são instância e têm o compromisso com o estado de fazer o Turismo acontecer, ao passo que os outros municípios vieram depois, na medida em que eles se interessaram e estavam prontos para essa discussão. Quando

chegamos no município, provocávamos: vamos pensar se o Turismo aqui é possível, que tipo de Turismo é este, comovendo as pessoas e perguntando, questionando, criando espaços para discussão, gerando um movimento para que eles começassem a ganhar alguma velocidade, e isso significa estar mais de cinco anos, a cada ano com novos vinte e cinco alunos e sempre dois docentes acompanhando o processo, então ao menos uma vez por semestre ou duas vezes por semestre estávamos lá trabalhando na cidade, durante um ano e meio. Alguma coisa precisava acontecer, sentimos que algo aconteceu e espero que vocês contêm mais para nós sobre esses resultados.

Na medida em que vamos construindo essa vivência nos destinos, vamos finalizando com entregas de material técnico, documentos, comunicados, com informações de todos os encontros que a gente realiza. Dois desses documentos mais significativos vocês podem ter acesso no site do curso de Turismo – pois eles ficam disponíveis, são públicos, e os projetos, que chamamos de projetos interdisciplinares, são soluções que entregamos ao gestor público a fim de que ele possa pegar o material e executar alguma ação de curtíssimo prazo. Todo esse material foi produzido para cada um dos municípios com os quais a gente trabalhou, e tudo está disponível no site do curso, fiquem à vontade para conhecer e compartilhar, pois sempre foi essa a ideia.

Acho que dá para perceber pelo discurso a importância de ensinar a conviver e estar em uma realidade, ela é forte, ela é intensa para os alunos e intensa para quem está com a gente nos municípios. Quando falamos de ensino, isso significa que essa experiência vai gerar novas habilidades e competências nos nossos alunos, que embora falemos que ela está toda focada no planejamento de destinos, ela é muito mais que isso, e os alunos acabam percebendo ao longo da sua vida profissional; é isso o que eles aprendem no processo.

Mas eu gostaria de destacar aqui algumas coisas que são cruciais nesse nosso objetivo de formação, dentro dessas habilidades e competências. Acho que uma das grandes habilidades é trabalhar em equipe, é conseguir articular junto com seus colegas e, outras vezes, junto com representantes da comunidade soluções para a realidade com a qual estamos trabalhando, é desenvolver uma habilidade de olhar para além do próprio umbigo, que é conhecer as demandas e os desafios daquele lugar a partir da visão de quem tem que conviver naquele cotidiano e tem que superar essas questões, é aprender a articular pessoas e organizações, as dificuldades, as frustrações e os fracassos que nós temos muitas vezes ao longo desse processo: aprende-se muito com isso também, e entende-se que o nosso jeito de fazer as coisas nem sempre é o melhor, começa-se a ficar mais sensível ao que o outro vive, ao que o outro tem de valor e conseguindo articular isso, de algum modo, ao conhecimento que a gente tem. Os alunos aprendem a mobilizar e a engajar a comunidade, e com isso eles vão aprender algumas técnicas, vão entender um pouco de sociologia,

entender um pouco de psicologia e, a partir daí, construir suas estratégias para fazer isso em outras ocasiões. Vão aprender que comunicar e discutir resultados é fundamental, mas tem que ter clareza, tem que ser objetivo, tem que ser adequado ao público com o qual estão falando, vão ser desafiados o tempo todo a elaborar estratégias e pensar em soluções para situações que nem sempre se sabe direito o que fazer, mas é necessário descobrir e apontar um caminho para isso. E, o mais importante: eu acho que essa grande experiência de estar no Vale ao longo desses cinco anos proporcionou aos nossos alunos uma aprendizagem que hoje é fundamental para qualquer um de nós, que é aprender a escutar, não meramente ouvir, mas escutar e estabelecer diálogos, a não falar sozinho, mas entender o outro e conseguir conversar com esse outro, e no final de uma experiência como essa eu posso dizer que a gente teve o objetivo de formação alcançado, uma mudança de mentalidade nos nossos alunos, uma ampliação de seus horizontes. Com isso esperamos, embora nem sempre a gente tenha esse retorno das comunidades, que essa convivência, que esse tempo que a gente passa com eles, também tenha contribuído para que eles possam aprimorar a sua percepção e o seu entendimento do que é Turismo. Então eu terminaria aqui com uma frase: “No fim, o que a gente quer quando faz tudo isso é participar ativamente da construção de uma nova realidade para o Turismo nesses locais, é se desafiar e é aprender no processo.”



Figura 4: Peça do acervo do Espaço Cultural Nene Emboava, Silveiras.
Foto de Antonio Tallys Almeida da Silva, 2018.

PLANEJAMENTO DO TURISMO E RELEITURA DO VALE HISTÓRICO

Bárbara Marie Van Sebroeck L. S. Martins

Obrigada, primeiro, pelo convite de ser a porta voz de tantos alunos que passaram por essas disciplinas. Gostaria, hoje, de falar um pouco desse planejamento do turismo e de realizar uma releitura desse Vale Histórico.

Para quem não sabe, sou do Vale também, só que da outra ponta do Vale: sou nascida e criada em São José dos Campos, então quando eu entrei no curso de Turismo como aluna, logo no primeiro ano, já somos desafiados no primeiro semestre a compor algumas análises que servem como subsídios para um outro grupo que já está fazendo o planejamento de um dos municípios. Quando ingressei, em 2016, fizemos uma coleta de subsídios para o POT (Planejamento e Organização do Turismo) de Bananal e, depois, eu fiz parte do POT, que é como a gente chama a disciplina que estabelece o Plano Diretor de Turismo para Silveiras. Logo em seguida, somos desafiados, como bem a Karina trouxe, a fazer um projeto interdisciplinar.

Aqui eu dividi a minha fala nesses dois momentos, trazendo um pouco da minha experiência enquanto aluna e já egressa de uma outra formação (eu sou formada na FAU/USP, em Arquitetura), pois ao mesmo momento em que acabara de entrar no curso de Turismo, estava fazendo o mestrado em História, então a minha cabeça sempre fervilhou, de modo que sempre fui muito multidisciplinar, e acho que isso vai ser notado aqui na minha fala.

Em Bananal, no ano de 2016, tínhamos que coletar algumas percepções do turismo, que envolviam tanto o âmbito do patrimônio, quanto do lazer, pois estas são disciplinas em que os alunos devem trabalhar logo na entrada do curso. O público-alvo do meu grupo eram crianças, e é particularmente difícil você entrevistar uma criança. Na ocasião, fiz a seleção de um desenho de um menino chamado Arthur, de 6 anos de idade: pedi a ele que desenhasse o que seria patrimônio e lazer, com o que obtive o desenho de um tropeiro, e eu acho que esse é um grande símbolo que consegue unir todos esses municípios. Bananal e Silveiras têm dinâmicas muito diferentes na sua composição, na maneira como eles se sentem parte da comunidade.

Silveiras não tem muita relação com o café, os moradores se sentem quase como se fossem um patinho feio na região, mas há uma coisa que consegue conectar todos esses municípios, e é por isso que essa discussão do planejamento regional é tão interessante nesse momento.



Figura 5: Imagem de um tropeiro, representado pelo Arthur, 6 anos.
(Fonte: Arquivo Beatriz Ueda, trabalho feito em 2016).

Já em Silveiras, a gente fez exatamente uma análise do território, definiu diretrizes, realizou um plano de ação, tivemos esse contato mais estreito com a comunidade, como a professora Karina comentou. Somos nós que fazemos essas visitas, que conhecemos esses *stakeholders*, essas pessoas-chaves. Naquele momento, eu já me indagava sobre quantas são essas camadas em um mesmo Vale Histórico. Eu já havia frequentado aquela região quando era criança, com visitas pedagógicas tanto da escola, quanto com os meus pais, então, como a gente poderia interpretar aquela região, e como o turismo pode potencializar essa leitura?

Sendo de São José dos Campos, eu tive a oportunidade de fazer, por exemplo, uma prospecção de demanda potencial. Pensávamos, no caso específico de Silveiras, em trabalhar com o setor de trilhas, então eu fui até a Decathlon em São José - sem propagandas aqui - e conversei com os clientes do setor de montanha e *camping*, o que foi uma experiência muito bacana. Além disso, descobri que o responsável por esse setor era turismólogo, e falou: “eu não sei quem é o meu cliente, então acho que vai ser muito interessante conversarmos, pois você vai me trazer alguns *inputs* e aí a gente vai saber”. Nós conseguimos descobrir que, em geral, as pessoas de São José dos Campos tinham interesse, mas muitos não conheciam a Serra da Bocaina como um todo, e quem já tinha ido visitar, sobretudo Bananal e São José do Barreiro,

não havia ido para Silveiras. Então dessa experiência resultou um estudo interessante. A gente estava muito focado em São Paulo como um centro emissor, mas eu pensei “Poxa, por que não fazer em São José? Talvez tenha uma potencialidade regional em outra escala que possa ser interessante”, então esse foi um primeiro ensaio que mostrou, também, a possibilidade de trazer outras informações.

Ainda quando fazíamos o trabalho em Silveiras, havia uma outra arquiteta, chamada Beatriz Ueda, e pensamos em fazer a catalogação de dados com celular GPS para conseguir fazer cartografias. Isso é um tema muito caro para o desenvolvimento do turismo e planejamento. Elaboramos um mapa com o levantamento de todas as placas situadas no centro da cidade, e pudemos observar que a quantidade delas era relativamente interessante, mas que existiam alguns problemas. A partir da catalogação dos diferentes tipos de mobiliários e de sinalização turística foi possível observar as tipologias, suas medidas e estado de conservação, além dos tipos de instalação. Isso feito, levantamos todo o mobiliário urbano. É claro que aqui eu trago um pouco dessa minha primeira formação, mas acho que isso foi muito rico para a nossa proposta do PIT (Projeto Interdisciplinar de Turismo).

Nesse momento, é necessário considerar alguns aspectos. No nosso plano diretor no caso Silveiras, descobrimos quais eram as potencialidades e quais eram as fragilidades, e assim baseamos todo o nosso plano de ação no tropeirismo e na natureza – esses eram os grandes eixos de desenvolvimento para o destino.

Considerando tanto o tropeirismo como um cerne da história, mas também todas as camadas de resistência – pois Silveiras teve toda uma questão com a Revolução Liberal e com a Revolução Constitucionalista –, pensamos que esse aspecto da resistência poderia ser trabalhado, pois a sinalização atual tinha os seus problemas de comunicação, de modo que ela não atraía e não valorizava esse potencial. Tínhamos informações sistematizadas e descobrimos que a comunidade, em algumas conversas, desconhecia de certa forma o seu passado e reconhecia isso como um problema, e que também não conhecia parte dos seus atrativos. Foi assim que, a partir de estratégias de comunicação, pensamos em como poderíamos orientar e apresentar esse conteúdo, não só para os visitantes, mas também para a população local.

Então onde é que fizemos o nosso projeto piloto? Pois a ideia é que o PIT seja um projeto em que a pessoa possa realmente executar, então o nosso piloto foi no centro de Silveiras baseado no Caminho Novo da Piedade, que foi criado no Século XVIII, permitindo um novo acesso terrestre ligando a capitania de São Paulo à do Rio de Janeiro e que, também, é onde surge esse primeiro povoamento que foi o rancho dos Silveiras.

É como se fizéssemos uma leitura das camadas, do Pousos dos Tropeiros ao Ciclo do Café, passando pela Revolução Liberal (1842) e a Revolução Constitucionalista (1932), trabalhando com uma categoria do Patrimônio Cultural chamado Lugares de Memória. Percebíamos potenciais desdobramentos, e os apontamos desde o início na nossa proposta, que era precisamente integrar a outros municípios e trazer diferentes episódios da história local a partir desse enredo. Para isso, estabelecemos parâmetros para a identidade visual, placas de sinalização turística, sinalizando um percurso autoguiado e um totem rodoviário no centro da cidade, pois é onde já existe um fluxo de pessoas. Como Silveiras é muito baseada no artesanato, a maior parte das lojas ficam no centro, e é lá onde concentra-se a maior movimentação. Pensamos então num panfleto de divulgação e em uma proposta de um concurso, pensando em engajar e envolver a comunidade nessa construção de forma coletiva.

Agora apresentarei um pouco do resultado final do projeto feito por mim, pela Beatriz Ueda e pelo Vinícius Biscaro. Nós três fizemos toda a criação de uma identidade visual pensando nas tipografias e nas paletas de cores. Esse aqui seria, então, o percurso, e vocês podem observar que em roxo encontra-se a Rodovia dos Tropeiros e o antigo Caminho da Piedade perpassa pela parte do centro e não obedece, necessariamente, o caminho da rodovia atual, e por isso pensamos em 7 pontos de paradas a serem sinalizados

A história da concepção do totem para o percurso autoguiado se relaciona muito com a maneira como conduzimos esse projeto. Em geral, no PIT, o aluno não é obrigado a retornar ao destino, mas imaginamos que não faça sentido fazer uma proposta de um projeto desse porte sem fazer uma apresentação prévia. Desse modo, conseguimos realizar uma visita, e esse totem foi criado em conjunto com a comunidade. Havíamos pensado em um material específico e em um orçamento e, quando começamos as conversas, tudo isso foi por água abaixo, pois isso não fazia sentido para eles e estava descolado da realidade deles. Então se pensou: “Bem, se Silveiras tem sempre o foco no artesanato em madeira, fulano consegue tal madeira, então vamos fazer o totem todo de madeira”. Assim, diminuimos a placa e fizemos com que tudo se adequasse à realidade deles, tudo teve a validação deles antes de concluirmos, mas também respeitamos o que imaginávamos ser um projeto interessante.

Pensamos também num totem rodoviário, cuja maquete entregamos. Foi muito bacana porque na ocasião, contamos com a presença do secretário de turismo, e ele levou feliz da vida as maquetes, pois eram como a materialização daquilo que você apresenta em imagem, dado que consegue ver aquilo de certa forma física, tangível.

Pensamos também em gestão e manutenção, pois estas são coisas muito importantes. Refletimos sobre quais seriam os dois tipos de indicadores para ver se o projeto estava funcionando ou não, como poderíamos estabelecer

essas revisões e a importância da zeladoria das placas que já estavam lá – desde placas de Circuito da Rota Franciscana⁸, da Estrada Real⁹, do Circuito do Vale Histórico e até placas do próprio município. Elas não conversavam entre si, havia placas quebradas, outras cuja informação se havia perdido, ou outras que se baseavam num *QR Code*¹⁰ que já não encaminhava para mais nada. Então era essencial determinar quem seria responsável por essa zeladoria e como seria feita a atualização e substituição desse tipo de informação, e tudo isso estava também previsto dentro do cronograma executivo.

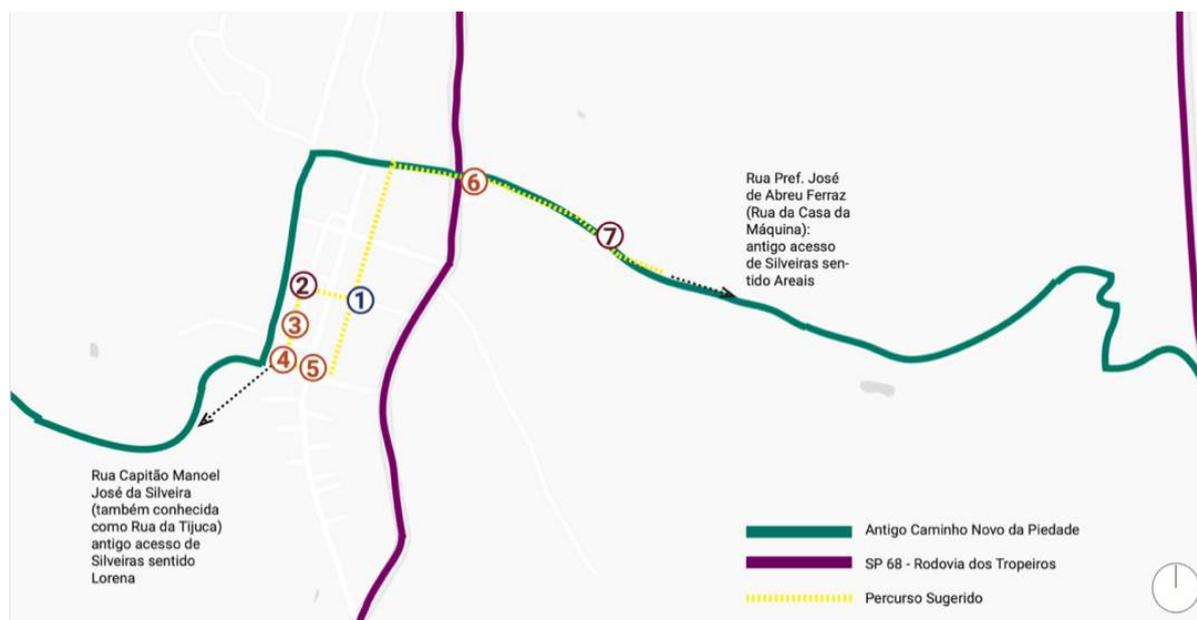


Figura 6: Mapa do percurso sugerido. (Fonte: elaboração do autor).

O projeto se chamava “Emplacar Silveiras”, não só no sentido de que iríamos colocar as placas, mas também de que estávamos “emplacando” um destino enquanto um destino turístico. Isso era fundamental, porque eles [os moradores] têm muito essa ideia de que, como não são um município de interesse turístico e também não são uma estância, eles não têm turismo. Na verdade, eles já têm Conselho Municipal de Turismo - COMTUR e isso serviu também para que eles tivessem assimilado quem eles eram a partir da comunicação e da valorização do seu reconhecimento.

Entre a última visita de campo e a visita que fizemos para conversar com a comunidade, encontramos um obelisco numa das praças, por onde passa esse percurso que havíamos desenhado, onde falava: “Silveiras, terra dos ranchos de tropas e tropeiros, dos heróis das revoluções de 1842 e 1932, dos

⁸ <http://www.turismoemsaopaulo.com/rota-franciscana>.

⁹ <http://www.institutoestradaareal.com.br/>.

¹⁰ QR Code ou código QR é a sigla de *Quick Response*, que significa resposta rápida. O código é utilizado para armazenar URLs de modo que ao escaneá-lo o usuário será direcionado para um site, hot site, vídeo etc., por meio de aparelhos eletrônicos como smartphones e tablets, em que há um aplicativo com a capacidade de ler o código.

artistas e dos artesãos”. Então foi como se tudo o que a gente estava desenhando e pensando dentro do saber acadêmico tivesse se refletindo na própria comunidade. A gente havia acertado muito bem. Na conversa, até falamos: “Nossa, vocês colocaram aquele obelisco”, ao que eles responderam: “Sim, tem tudo a ver com tudo o que vocês estão falando também, a gente nem imaginou que vocês tinham isso, senão a gente tinha esperado pra fazer junto”. É claro que depois dessa apresentação, entraram numa discussão sobre se eles teriam a verba ou não. Eu não sei o que aconteceu. Eu mandei agora há pouco uma mensagem para o João Camilo, que foi uma pessoa muito importante da comunidade e que esteve presente nesta nossa jornada.

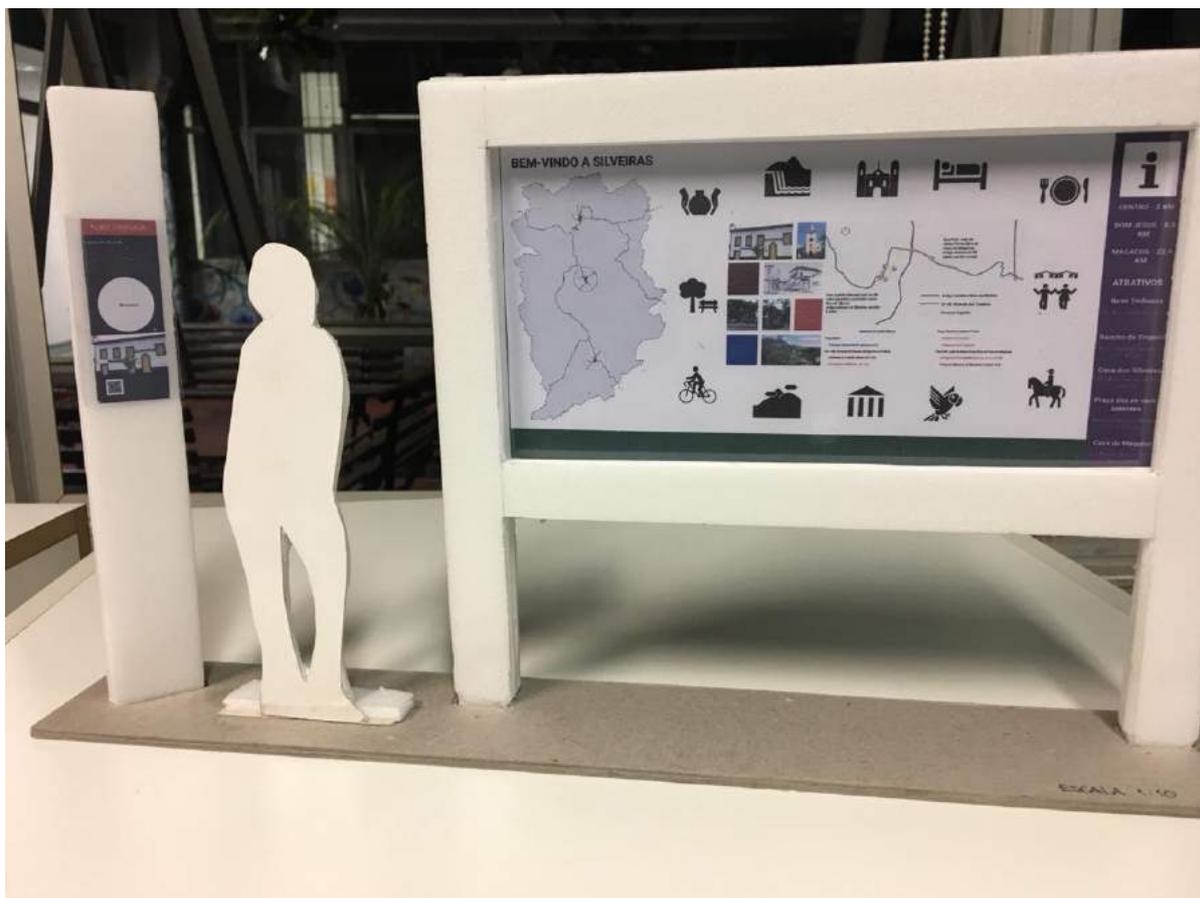


Figura 7: Totem das placas e o totem rodoviário em maquetes elaboradas para a banca final do projeto Emplacando Silveiras: um estudo de sinalização turística. (Fonte: Bárbara Marie Van Sebreeck Martins, Beatriz Ueda e Vinícius Bísaro, 2018).

Nessa reunião, conseguimos envolver pessoas do cenário político de turismo na época, então havia membros do COMTUR e o Secretário de Turismo, e conduzimos uma discussão muito rica. Essa é a possibilidade de você poder construir a interface da comunidade da academia, considerando que no POT, sobretudo no PIT¹¹, essa disciplina do projeto é como se fosse uma metodologia

¹¹ Bárbara se refere às disciplinas de Planejamento e Organização do Turismo - POT e o Projeto Interdisciplinar de Turismo - PIT

ativa de ensino. Você tem um problema e você tem que resolvê-lo. Como cada aluno vai fazer isso, é muito particular, mas a gente é sempre instigado a fazer algo criativo. Não tem problema se a proposta inicial que a gente havia feito não vingou, pois conseguimos integrar e fazer um trabalho em busca de uma solução comum que fizesse sentido para a comunidade.

Como conclusões gerais, no projeto tivemos a oportunidade de trabalhar com as possibilidades e potencialidades do planejamento regional, o que é muito rico; houve um constante aprendizado, a todo momento fomos instigados a ter um problema a ser resolvido. Acho que a Karina falou sobre isso, de certa forma, mas é sobre como você vai ter empatia e colaboração. Em um dos lugares em que a gente apresentou esse trabalho, na Casa Rui Barbosa, questionaram: “O que você acha que foi diferente?” e eu falei: “Bem, acho que na maioria das vezes, o que falta é as pessoas terem empatia, sentarem e conversarem com alguém da comunidade”. O João Camilo tentou conversar com vários alunos, até que ele me encontrou e falou diversas coisas que foram muito ricas para a gente conseguir construir isso juntos. Então acho que às vezes falta um pouco de empatia, e isso é muito importante no desenvolvimento do turismo.

Sobre as disciplinas em si, em especial, a multidisciplinaridade: acho que ter construído esse grupo com duas arquitetas e um estatístico, fez com que todos pensassem o turismo, porém, considerando outras coisas que passam pelas nossas cabeças e sempre ajudando outros grupos também. Houve um outro grupo que trabalhou com a sinalização, porém de outro ponto de vista. Eles pensaram como seria para construir a observação de pássaros, e consideraram um pouco dessa paleta de cores que a gente criou, de tudo isso que fizemos juntos.

Como é possível aplicar todas as teorias que a gente aprende ao longo do curso? E, no caso do meu ano, gostaria de ressaltar a importância do aluno PAE¹², que é o monitor que colabora em disciplinas da graduação durante o período em que cursa a pós-graduação. A monitória Isabela Sette contribuiu muito com as discussões, pois ela trazia questões do mundo dos negócios, sobre como que isso funciona na prática, coisas que por vezes os alunos não têm noção do impacto que gera na comunidade.

Aqui são alguns dos eventos em que a gente pôde levar, de certa forma, essa experiência, de sempre aprender e trocar com outros pares: Rádio USP; III Seminário Nacional de turismo e Cultura (Casa Rui Barbosa) 2019; Anptur 2019; VIII Simpósio Patrimônio Material e Imaterial (Jundiaí) 2019; I Congresso Ensino em Comunicações; Informações e Artes (ECA) 2019.

¹² Programa de Aperfeiçoamento de Ensino da USP – PAE.



Figura 8: Reunião de apresentação prévia do projeto em Silveiras com membros do trade turístico, secretário municipal, presidente do Comtur e alunos Bárbara e Vinícius, 2018. (Fonte: autoria própria.).

Como últimos apontamentos, hoje em dia eu trabalho como consultora de turismo e inovação, e eu tenho certeza de que essa disciplina foi muito importante para me fazer crescer. Eu sempre digo que a inovação é como se fosse uma semente, acho que a gente consegue fazer um paralelo muito importante com essa disciplina. Muitas das teorias são como sementes, e elas só vão frutificar ou florescer se o terreno for fértil e se as pessoas estiverem fazendo as regas. Se, por vezes, o POT pode ser um pequeno broto, o PIT pode levar até uma pequena muda e ensinar o destino a colher e fazer essa manutenção. Se você não fizer isso como uma rotina, você não consegue levar isso pra frente. Esse é o nosso legado que a gente sempre procura deixar no território.



Figura 9: Grupo escolar Cel. Nogueira Cobra, Bananal, São Paulo, agosto de 1973.
Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional.

ATRAVÉS DAS FACHADAS DE BANANAL

Diego Edmilson Peralta e Vanessa Biazioli

Após mais de cinco anos que nossa turma pisou pela primeira vez no Vale Histórico Paulista, no nosso caso, em Bananal, para conduzir as pesquisas que originaram o Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal da cidade, somos convidados a refletir e contar sobre essa experiência, seus desafios e aprendizados. Fomos instigados pela professora Clarissa a contar nosso processo de elaboração de uma proposta de roteiro arquitetônico autoguiado pelo Centro Histórico de Bananal, o qual chamamos de “Atravessando Fachadas”, que foi apresentado como o produto final de nosso grupo de colegas na disciplina Projeto Interdisciplinar em Turismo (PIT).

O PIT aprofunda e conforma o percurso formativo iniciado nas disciplinas Planejamento e Organização do Turismo I e II (POT), nas quais produzimos o Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal em diálogo com a comunidade local bananalense. Em POT a turma toda se juntou para diagnosticar a realidade turística do município de Bananal e, com base nisso, elaborou um plano de ação composto por diretrizes que abarcassem todos os objetivos definidos a partir da interação local. Esse plano foi validado em audiência pública junto à comunidade, ocasião em que os presentes puderam votar e escolher as ações



UM ROTEIRO TURÍSTICO ARQUITETÔNICO AUTOGUIADO DO
CENTRO HISTÓRICO DE BANANAL

Figura 10: Atravessando fachadas. (Fonte: elaboração dos autores).

prioritárias a serem desenvolvidas pelos grupos de PIT no semestre seguinte. Foi então que recebemos a tarefa de elaborar uma proposta de intervenção viável e entregá-la ao município. Apesar da curta imersão dos alunos no campo, estas oportunidades criadas pelo trabalho da Universidade em parceria com o município, em que os estudantes têm a oportunidade de debater suas ideias com diferentes representantes da comunidade, são muito ricas, porque permitem vivenciar estes projetos como uma construção coletiva e não uma proposta “de gabinete”, circunscrita à sala de aula.

Nosso grupo de PIT, lá em 2017, era composto pela Debora Soeiro, que contribuiu enormemente com seus conhecimentos e habilidades em gestão de projetos e viabilidade financeira, pelo Diego Peralta, responsável principalmente pela pesquisa arquitetônica que embasou a escolha dos edifícios contemplados no roteiro, pela Luana Matsumoto, responsável por levantar possíveis linhas de financiamento para o projeto e pela discussão sobre silenciamentos e apagamentos de memórias, que foi um eixo estruturador do nosso projeto e, ainda, pela Vanessa Biazioli que, além de trazer as inspirações para os aspectos formais da nossa proposta, entrou em contato com especialistas em História Oral e realizou a cotação dos materiais e serviços necessários à viabilização do projeto. Este trabalho colaborativo para se construir um projeto em diálogo com o município tem um papel importante na formação profissional, sobretudo para o desenvolvimento de habilidades para lidar com construções coletivas. Neste caso, também era importante materializar de alguma forma uma aspiração de todo o grupo em preencher uma lacuna na forma como a história da cidade é contada aos visitantes. Esta preocupação do grupo em elaborar um projeto que ampliasse as possibilidades de leitura do patrimônio de Bananal em alguma medida foi partilhada pela professora Clarissa, que orientou o trabalho do grupo e também aborda neste e-book a perspectiva de ampliação das possibilidades de interpretação do patrimônio que amparou nosso projeto. Trazemos aqui um relato fragmentário, assim como é toda narrativa que se fundamenta na memória. Nem todos os estudantes que na ocasião colaboraram com a construção do projeto puderam participar deste relato que, no entanto, expressa um trabalho coletivo.

De certa forma, a natureza fragmentária das memórias e a observação sobre quais vozes as expressam (ou não), orientaram a concepção do nosso projeto. Chegando em Bananal, em 2016, percebemos o quanto essa cidade – e todo o Vale – é permeada por narrativas sobre um passado pujante e glorioso, um passado atrelado ao ciclo econômico do café no Vale do Paraíba e pela presença dos ilustres “barões do café”, antigos proprietários de terra que enriqueceram muito no final do Império e puderam comprar para si próprios títulos da nobreza. Essas narrativas eram reproduzidas basicamente por todos os habitantes que conhecemos no nosso trabalho de campo: comerciantes, hoteleiros, políticos locais e outros moradores. Alguns desses interlocutores eram descendentes desses mesmos proprietários e reivindicavam para si esse

capital simbólico associado ao “período de ouro” da cidade. Era a prosperidade do café que havia possibilitado trazer às fachadas os elementos próprios do neoclassicismo, do ecletismo paulista e do neocolonialismo.

Desde o princípio nos saltou aos olhos – e aos ouvidos – a ausência nessas narrativas de certos personagens que considerávamos importantes para entender o desenvolvimento da cidade. Se por um lado os tropeiros ainda recebiam alguma menção nessas histórias e mesmo nos patrimônios edificadas que reconhecíamos, por outro, não ouvíamos uma história sequer dos negros escravizados que literalmente construíram aquelas ruas e prédios e que, no auge do período cafeeiro, eram mais numerosos do que a população livre e agitavam a vida cotidiana das ruas da cidade, realizando os mais diversos trabalhos. Nos perguntávamos onde estariam essas vozes.

Esse apagamento se manifestava também na própria constituição dos edifícios, que por fora traziam em suas fachadas elementos arquitetônicos que simbolizavam a procura pela legitimação de uma elite local cafeeira, mas que por dentro mantinham a estrutura colonial de pau-a-pique e taipa, muitas ainda preservando suas senzalas. Embora o processo de tombamento pelo Condephaat (1991) tenha sido necessário para evitar a perda total do conjunto histórico do centro de Bananal e subsidiado ações de conservação e restauro pontuais, como a do Sobrado Manoel Aguiar Vallim, com ampla mobilização e participação ativa da comunidade, em geral percebemos um distanciamento da população local deste patrimônio edificado por falta de identificação com



Figura 11: Fotos dos trabalhos de campo realizados em Bananal, 2017.
(Fonte: elaboração dos autores).

aqueles imóveis e pouca participação comunitária em ações para sua preservação.

A partir da observação dessas contradições e diante da urgência em valorizar o patrimônio edificado da cidade, em promover outras vozes que pudessem disputar com essas narrativas já legitimadas e alcançar um sentido de pertencimento na comunidade, propusemos um roteiro arquitetônico autoguiado, onde a partir da arquitetura e da participação de moradores fosse possível contar histórias que não são ouvidas ou valorizadas e que também diversificassem as narrativas apresentadas àqueles turistas que visitam a cidade em busca de atividades culturais.

O roteiro que criamos tinha 340 metros de extensão e privilegiava sobretudo referências ligadas ao ecletismo paulista (neoclássico e neocolonial), contemplando cinco edifícios: a Igreja Matriz de Bom Jesus do Livramento (construída em 1780 e reconstruída em 1810), o Sobrado da Matriz (construído em 1811), o Hotel Brasil (construído em 1847), o Solar Manuel Aguiar Vallim (construído em 1855) e o Fórum Municipal (construído em 1870), conforme ilustrações a seguir. Selecionamos esse conjunto para dar conta do maior número de referências estilísticas, do período de formação do núcleo urbano de Bananal e por serem imóveis que permitiam múltiplas leituras da construção social da cidade.

Além desses pontos, consideramos também outros dois espaços turísticos como pontos de partida: A) o Centro Cultural Carlos Cheminand, onde funcionava o Centro de Atendimento ao Turista, onde poderiam inclusive recomendar o roteiro, e B) a Praça Pedro Ramos (Praça do Coreto), onde propusemos instalar uma placa acrílica com um mapa do centro histórico e com a indicação das construções contempladas no roteiro, convidando o visitante a realizá-lo.

Fizemos essa proposta inspirados nos modelos de placas informativas localizadas na cidade de Holambra, SP, que têm função similar de sugerir percursos autoguiados pela cidade. Também recorreremos a uma experiência realizada no centro histórico de Santana do Parnaíba, SP, e propusemos para cada uma das fachadas dos edifícios selecionados um totem acrílico com um conteúdo que instigasse o visitante a buscar mais informações sobre o edifício e sua história. Indicamos ainda que fosse incluído no totem um *QR Code* que direcionaria o visitante para um *site* em que seria recepcionado por um narrador que conduziria o roteiro, conforme esquema ilustrado adiante. Durante as paradas, essa voz apresentaria o imóvel e sua participação na história local, descrevendo suas influências arquitetônicas e os detalhes de cada construção e em seguida convidaria o visitante a escutar a narrativa de uma personalidade associada ao edifício. Movidos pela intenção de reforçar os laços de proximidade entre a população e seu patrimônio, sugerimos que alguns destes

narradores fossem ex-alunos do Grupo Escolar Nogueira Cobra, cuja sede foi o Solar Aguiar Vallim, visto que a relação dos ex-alunos com sua querida escola é mais forte do que com o Sobrado do Comendador Vallim, explicitando um forte sentido de pertencimento com aquele casarão. Nossa proposta enfim, era buscar moradores que, em geral, não são recordados nas narrativas oficiais, mas possuem histórias capazes de revelar a importância dos espaços urbanos para suas identidades. Após a apresentação de cada edificação, o narrador estimularia o visitante a se direcionar ao próximo ponto do roteiro. Essas vozes, coletadas por especialistas em História Oral, seriam anualmente substituídas por outras, de modo a sempre diversificar as leituras possíveis dos patrimônios e manter a comunidade envolvida com o projeto.

Muitos foram os desafios para elaborar este PIT, sobretudo conciliar uma linguagem mais acadêmica, tão incentivada em nossa formação universitária, com uma atitude mais pragmática, tão exigida pelo mundo dos negócios turísticos. Lembramos da contribuição da professora Karina ao nos sugerir uma apresentação mais dinâmica, que cativasse um possível financiador para o projeto.

Por outro lado, lembramos também das considerações muito generosas da professora Antonia Terra de Calazans Fernandes, do Departamento de História da USP e nossa convidada para a banca final da disciplina de PIT, que identificou prontamente nossas influências teóricas e práticas e se impressionou com a conjugação de tecnologias móveis e História Oral, seu *métier*. Outro desafio foi construir uma proposta que possuísse viabilidade financeira e que pudesse vir a ser executada de fato, que convencesse tanto financiadores quanto o poder público municipal de Bananal.

Nessa empreitada pudemos contar com a professora Gleice Guerra que, mesmo sempre tão atarefada, colaborou com sugestões para tornar o projeto viável. O uso dos dados levantados ao longo da elaboração do PDTM - Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal para Bananal, por exemplo, constituiu subsídio importante para esta proposta. Essa capacidade de coletar, sistematizar e analisar dados e informações também é uma competência para a qual esta atividade colabora.

Ao observar, por exemplo, a partir da pesquisa de demanda realizada entre 2016 e 2017 para o PDTM, que 63% dos turistas entrevistados procuram a cidade para conhecer seus atrativos históricos culturais e que o município não contemplava esse tipo de oferta, entendemos o roteiro autoguiado como uma oportunidade para qualificar a visita ao centro histórico e oferecer um contato ágil e autônomo a uma rica fonte de histórias e memórias que permanecem à espera de interpretações.



Figura 12: Trajeto do roteiro proposto com os edifícios selecionados e os pontos de partida. (Fonte: elaboração dos autores).

Aprender a pensar de modo propositivo, sem deixar de lado a pesquisa científica rigorosa foi o maior desafio desse percurso formativo em planejamento do turismo que teve o Vale Histórico como suporte. Integrar os conhecimentos adquiridos através de todo o curso de Turismo e aplicá-los na resolução de um problema foi muito importante para percebermos que não se pode encarar a complexidade do fenômeno turístico com poucas ferramentas, nem ser um profissional pleno sem desenvolver nosso senso crítico. Essa experiência no território, acompanhada de reflexões em sala de aula e do exercício da interdisciplinaridade, mostra-se muito importante para a construção de experiências turísticas que superem a simples dimensão de entreter e divertir, mostrando também uma valência pedagógica e cidadã, além do seu potencial para a geração de oportunidades de trabalho e renda.

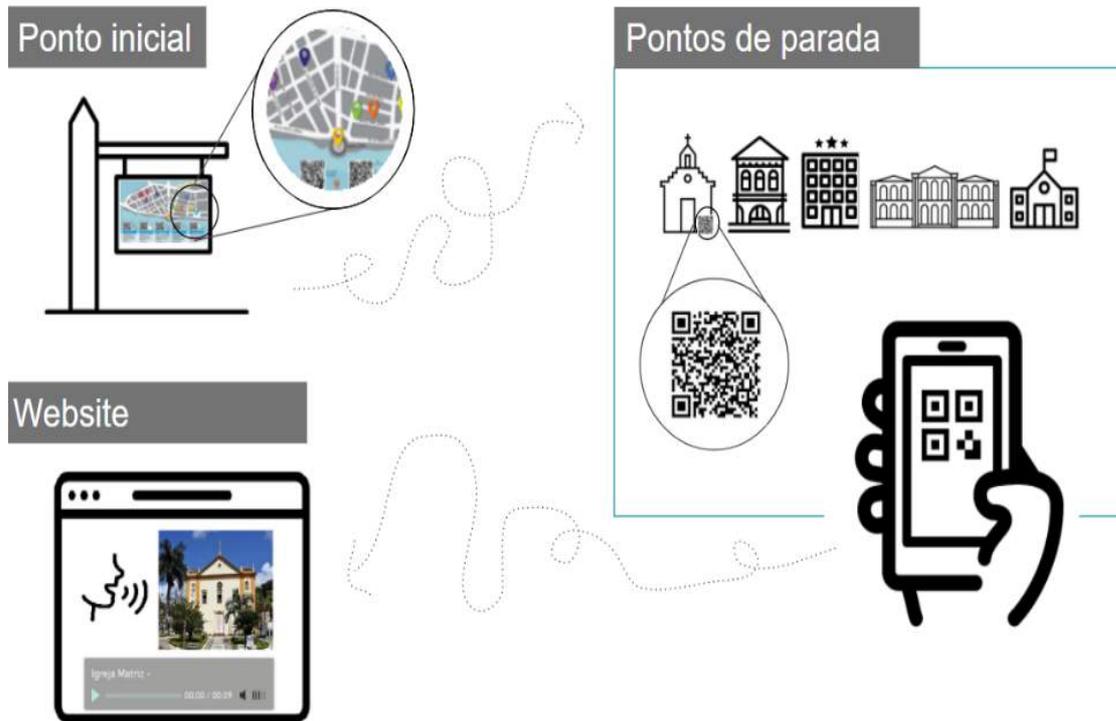


Figura 13: Exemplo de operacionalização de um modelo de roteiro autoguiado. (Fonte: elaboração dos autores).

Infelizmente, nós, estudantes que vivenciamos este trabalho, não pudemos voltar a Bananal desde então, mas sabemos que nossos esforços se juntaram aos de muitos colegas, da nossa turma e de outras, que se espalharam pelo território do Vale Histórico Paulista, fazendo dessa parceria regional um jogo de ganha-ganha: ganha o poder público em melhorar sua organização turística, ganha a população em participar dos processos decisórios e ganha a universidade pública em reforçar suas alianças com a sociedade.



Figura 14: Escravizados em terreiro de uma fazenda de café. Vale do Paraíba, 1882.
(Fonte: Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez, Acervo IMS). Disponível em <https://ims.com.br/exposicao/emancipacao-inclusao-e-exclusao/>. Acesso em 27 jul. 2021.

TURISMO E PATRIMÔNIO NO VALE HISTÓRICO: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DAS NARRATIVAS TURÍSTICAS NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE INCLUSÃO

Clarissa M. R. Gagliardi

Impossível aprofundar todas as análises esboçadas sobre o Vale nesse período de pesquisa. Fiz aqui uma pequena seleção de questões que acho que podem dar uma discussão bacana aqui, mas que não resumem todas as perspectivas de análise sobre a relação do turismo com este território. Na verdade, este webinar não é o único espaço para divulgar resultados deste trabalho, mais adiante estão indicadas as frentes de divulgação em eventos e publicações que já ocorrem desde 2018¹³. Isto posto, vou tentar mostrar um pouco como tiramos dessa experiência conjunta, alguns elementos importantes para análise, além do que já foi posto com relação às práticas de ensino e aprendizagem e do trabalho colaborativo com os municípios, pelas colegas Karina e Bárbara.

No nó das atividades que desenvolvemos e que estão ilustradas na imagem a seguir, destaco que me valí principalmente dos momentos em campo com os alunos para também coletar dados e entender as comunidades, pra otimizar o espaço das oficinas e das assembleias que realizamos nas cidades, das visitas técnicas e da observação participante, eu chamaria até de pesquisa-ação, que fizemos ao longo da construção dos planos de turismo nas quatro cidades. Então ao mesmo tempo em que ensinávamos os alunos (e aprendíamos também), eu fui sistematizando observações e dando vazão a um outro produto que são reflexões que muitas vezes acabam ficando mais no plano acadêmico, mas que então eu gostaria de compartilhar aqui.

Em cima desse trabalho de coleta, observação e sistematização de dados e informações sobre o Vale que eu fui fazendo junto com os alunos e com colegas de equipe, eu recorri a certos conceitos e autores para entender e interpretar outras coisas. São muitas referências, mas para o que eu vou falar aqui, destaco principalmente duas vertentes de análise:

¹³ Ver seção **Publicações** deste e-book.

Turismo no Vale Histórico Paulista

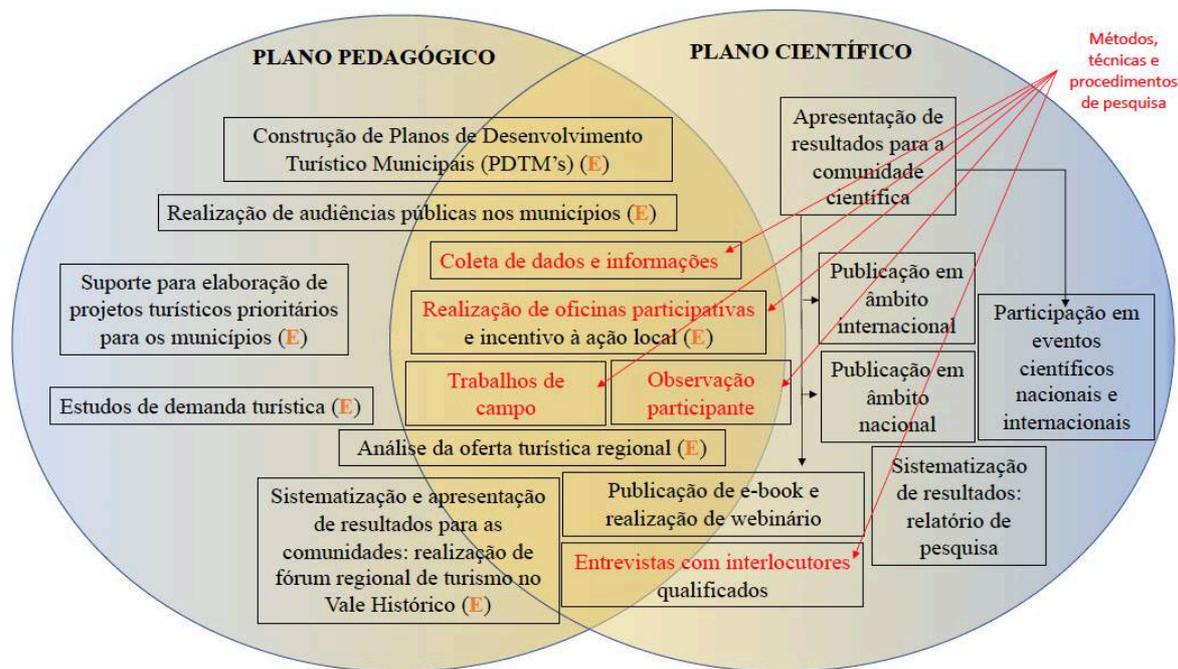


Figura 15: Cruzamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
(Fonte: elaboração do autor).

A primeira delas diz respeito à forma como o turismo se relaciona com as histórias do Vale, tanto aquela história escrita, oficial, como também com as memórias locais. Então existe uma fronteira entre história e memória que eu fui analisar para entender a forma como o turismo no Vale Histórico lida com fatos históricos, com heranças difíceis, com memórias traumáticas vividas em um território. Numa região que tem o turismo histórico como um de seus pilares, achei muito importante pensar em como empresários, profissionais de turismo, gestores de atrativos, operam com o passado dessas cidades, que é onde estão ancorados muitos dos atrativos apresentados aos visitantes. Isso porque os trabalhos escritos dos historiadores não são os únicos recursos de representação do passado. Na minha opinião as narrativas turísticas também desempenham essa função de “representar o passado”, de contar a história. Quando eu apresento uma ex-fazenda cafeeira a um visitante, eu posso fazer isso de diversas maneiras, ativando diferentes caminhos de interpretação. Então eu observei quais as estratégias discursivas utilizadas nos atrativos turísticos. O quê e como se conta a história dos locais visitados? Quais os suportes materiais privilegiados nos roteiros turísticos? O que simbolizam essas referências e como são lidas e traduzidas para os visitantes? Então me interessa destacar aqui como eu vejo essa ação do turismo histórico no Vale. Essas perspectivas dialogam muito com o que a Solange Barbosa faz quando opera o turismo cultural, não foi à toa que a convidei e mais adiante isso ficará claro, quando ela interagir conosco.

A segunda vertente de análise é no campo da governança, mas que na hipótese que eu levanto está relacionada com a forma como o turismo opera a história local, por isso a relação entre estes dois campos de análise:

história/memória + governança local. O que quero chamar a atenção é como essa problemática dos usos do patrimônio cultural de alguma forma interfere na gestão do turismo nesses territórios, na minha opinião.

Então achei importante pensar na legitimidade dos espaços participativos de gestão do turismo que pudemos vivenciar, como por exemplo os conselhos e as associações. Para analisar a efetividade destes espaços me vali do conceito de governança colaborativa¹⁴, que pressupõe participação e esforço para se construir consensos e pra isso prevê a inclusão ampla e diversificada das partes interessadas. Essa configuração vai além da construção de uma política de redes colaborativas, porque a rede pode permanecer no plano informal, enquanto a governança colaborativa requer um espaço formal para incorporar os vários segmentos nos processos de tomada de decisão – não é à toa aqui o convite ao Dalton Branco, pra falar deste lugar que são os conselhos de turismo e também do José Luiz, que teve essa experiência em Bananal e mesmo da Márcia Azeredo, que está nesse lugar no qual os gestores públicos se mobilizam para administrar as estâncias, que é a APRECESP.

Assim expus tanto os procedimentos que usei para observar essas cidades quanto o meu percurso de análise. Então passo para a última parte que é elencar as minhas considerações para o debate. Tendo em vista essas duas vertentes de análise que escolhi pra discutir aqui, faço algumas observações específicas. Uma das coisas que eu fiz, foi analisar as estratégias discursivas utilizadas principalmente nas ex-fazendas cafeeiras convertidas para uso turístico. Então observei as narrativas, o que os anfitriões apresentam e como apresentam objetos, pinturas, detalhes arquitetônicos, o que falam aos visitantes, como falam. O que percebi é que se trata de uma atração assentada no visual, quase como um fetiche arquitetônico, com uma tendência marcante de focar elementos estilísticos e decorativos nas edificações senhoriais como forma de reforçar a distinção, o poder social e político dessa elite escravista. E ficou bem evidente que existe um padrão narrativo recorrente, no qual a instituição da escravidão, a presença e a individualidade dos escravos são minimizadas ou invisibilizadas. Alguns autores que estudei chamam isso de aniquilação simbólica¹⁵ e dizem que é possível manipular as memórias porque na construção das narrativas se maneja a história oficial¹⁶. Para dar um exemplo, a maioria das visitas guiadas às fazendas, principalmente de Bananal, onde elas são mais pujantes, se detém longamente nos detalhes arquitetônicos, nas

¹⁴ ANSELL, Chris; GASH, Alison. Collaborative Governance in Theory and Practice. **Journal of Public Administration Research and Theory - JPART 18**. Oxford University Press, pp. 543-571, 2007.

¹⁵ EICHSTEDTAND, Jennifer L. SMALL, Stephen, **Representations of Slavery: Race and Ideology in Southern Plantation Museums**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 2002.

¹⁶ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

decorações, no mobiliário, falam os nomes dos senhores, das suas riquezas e até de doações que fizeram para a Santa Casa de Bananal, por exemplo, apresentando essas pessoas como benevolentes, hospitaleiras, enquanto nenhum escravo tem nome, identidade e em geral, são lembrados exclusivamente a partir de instrumentos de tortura (é quase sádico), nunca a partir de suas habilidades, de suas individualidades, das ações de resistência. Mesmo a leitura dos aspectos construtivos não traduz amplamente estes lugares, o potencial cognitivo da cultura material do Vale é sub aproveitada pelo turismo. O sistema de dominação por exemplo, inclusive psicológico, expresso nas construções das fazendas e até nos seus detalhes decorativos, permanece à margem dos programas de turismo. Então eu acho que não basta manter os registros materiais como diz um dos meus autores “...é preciso dotar o rastro de uma dimensão semiótica”¹⁷, ele precisa ser comunicado, interpretado.

Então noto bastante assimétrica a forma como se tratam esses dois grupos sociais: os senhores e os escravos, sendo que em Bananal na segunda metade do século XIX por exemplo, mais de 50% da população era composta por escravos! Isso é percebido em várias fazendas, então é um padrão narrativo parcial e de certa forma encobre o entendimento de como se operou a escravidão nessa região e isso foi muito significativo na nossa história, na verdade é até hoje!

De todo modo, essa forma de contar a história destes lugares não parece ser uma intenção previamente calculada ou maliciosa por parte dos profissionais, mas é uma lógica que impede que se compreenda mais profundamente o que foi a escravidão, como ela se instala e perdura tanto tempo, e também as estratégias de sobrevivência e resistência cultural dos escravizados.

Nessa linha de raciocínio, incluo o desaparecimento das senzalas destinadas aos escravos da lavoura como um apagamento de rastros e uma ameaça de esquecimento definitivo. No caso das senzalas domésticas, embora resistam porque estão integradas à construção das sedes das fazendas, sua simples existência não basta para que o tema da escravidão seja analisado. Algumas fazendas, por exemplo, converteram senzalas em ambientes românticos, salas de estar aconchegantes, então elas acabam virando um *château* no campo e perdendo seu sentido original.

Em função de tudo o que observei e analisei, vejo que essa espécie de ação higienizadora do café constitui uma base muito frágil para um turismo que se pauta pela história, pela cultura, como é em boa parte do Vale Histórico. Eu acho que o turismo nestes lugares de memórias difíceis¹⁸, de traumas

¹⁷ Idem.

¹⁸ MACDONALD, Sharon. **Difficult Heritage: Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond**. London/New York: Routledge, 2009.

passados, deveria servir como uma forma de cultura pública, investido de uma noção de justiça, assumindo mesmo um viés crítico. E acho que há público pra tudo isso, porque o turista não é um receptor passivo de tudo e acho que dá pra enriquecer, criar diferenciais inclusive, dentro do mercado, a partir de outras leituras desses lugares. Há uma vertente interessante de turismo que alguns agentes de mercado têm chamado de “afroturismo”¹⁹, que vem formando produtos nas brechas deixadas por essas narrativas voltadas para os heróis, as elites e seus grandes marcos históricos.

Minha segunda consideração tenta relacionar essa problemática da escravidão e do patrimônio à gestão do turismo. E fiz isso porque frequento essa região desde os anos 1990 e vejo que, não obstante dois destes quatro municípios que estudamos tenham acesso aos recursos destinado às estâncias há 20, 30 anos, o panorama da atividade turística no Vale não mudou tanto e parte do patrimônio que poderia fortalecer esse turismo histórico vem se perdendo (a exemplo da Fazenda Rialto²⁰, que cheguei a ver em Bananal nos anos 1990 e que desapareceu). Então eu acho que o problema não é falta de recurso, mas a falta de um consenso e de controle social sobre seu uso para ações mais estruturais de turismo. Daí minha hipótese de que a desagregação e a desmobilização de boa parte dos segmentos sociais em projetos de turismo têm a ver com a falta de identidade das pessoas com narrativas que são segregadoras, mas que perduram na região por anos e anos. Nós percebemos que há conselhos de turismo em várias cidades, por exemplo, mas nem sempre eles têm força, engajamento e representação suficiente para construir e manter projetos descolados das políticas de governo.

No caso de outras iniciativas de associativismo para representar o Vale Histórico, percebo ainda mais o reforço dessa identidade elitista e que acaba sendo excludente ao invés de agregar. Talvez o maior exemplo disso seja a ARCCO, Associação Roteiros Caminhos da Corte, cujo nome já faz alusão a cidades escravocratas como se fossem cortesãs e que acabou construindo um importante espaço junto a órgãos públicos para representar o Vale. Daí eu vi que recentemente a associação mudou seu nome para APEAR²¹, em alusão ao movimento tropeirista, que é uma outra vertente identitária que gravita no Vale. Ela mudou de nome, mas não de padrão narrativo, porque o tropeirismo

¹⁹ <https://guianegro.com.br/turismo-etnico-ou-afroturismo-o-que-e-onde-ocorre-e-como-pratica-lo/>

²⁰ TIRELLO, Regina A. O caso da destruição das pinturas murais da sede da Fazenda Rialto, Bananal. **Anais do Museu Paulista - Conservação e Restauro**. Vol, 13, vol. 13, n°2, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/R3HhXMQzgpYwBCJrmX8bhmX/?lang=pt>.

²¹ <https://www.arado.info/apear>.

também utilizou o negro nas tropas²², mas novamente ele não parece ser protagonista nessa história.

Então eu percebo que é difícil construir um consenso sobre as políticas de turismo no Vale, como preconiza a governança colaborativa, tendo por agentes principais os detentores desse capital simbólico representado pela elite cafeeira. Daí acaba que estes espaços tão importantes de participação e representação, perdem legitimidade.

Por fim, nestes movimentos de ora apostar no tropeiro, ora na elite do café e mais recentemente no ecoturismo ou na vertente ambiental do turismo, no fundo apenas contornam a memória traumática deste território e perde-se a oportunidade de debates sérios sobre o turismo, como eu vejo que poderia catalisar esse interesse público na região. Eu vejo o legado da escravidão no Vale do Paraíba e no Vale Histórico por excelência, como uma dívida que este território tem que resolver para conseguir envolver as comunidades num turismo mais sólido e duradouro.

Por fim, lembro dos esforços que temos empreendido na publicização desse nosso olhar para o Vale, com várias publicações e participações em eventos científicos, nacional e internacionalmente. O projeto chega ao fim, mas este trabalho no Vale acabou me abrindo uma nova agenda de pesquisa que inclui analisar essas narrativas turísticas em outros territórios de escravidão, porque eu acho que este tema é dos mais importantes no momento atual.

²² A esse respeito, ver RIBAS, Rogério de Oliveira. **Tropeirismo e Escravidão: um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840-1888**. 1989. 408 f. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1989.



Figura 16: Vale do Paraíba visto da Serra da Bocaina.
Foto de Letícia Machado, 2016

TURISMO E PATRIMÔNIO NO VALE HISTÓRICO PAULISTA

Mirza Pellicciotta

O projeto de pós-doutoramento: *Turismo e patrimônio no vale histórico paulista: subsídios de estudo para um aprimoramento de interações*, se desenvolveu entre os anos 2015 e 2017 sob supervisão da profa. Dra Karina Toledo Solha, na Faculdade de Turismo/ECA/USP. Atento aos trabalhos desenvolvidos pelos seus docentes e pesquisadores no Vale Histórico Paulista, este projeto partiu do campo da História para estudar as relações que há cerca de meio século se estabeleceram na microrregião de Bananal (aqui representada pelos municípios de Silveiras, São José do Barreiro, Bananal, Areias e Arapeí), no extremo leste paulista, entre os campos do **patrimônio** e do **turismo**.

Entre as perspectivas de abordagem constavam três linhas de investigação e elaboração: a produção de uma reflexão acerca dos marcos de representação conferidos pelo segmento do turismo ao território no curso das décadas, com atenção sobre a transformação de conceitos e práticas; a produção de uma abordagem acerca dos marcos históricos de formação/transformação do território identificado como microrregião do Bananal; a proposição de alternativas de interação entre os campos do patrimônio e do turismo, à luz de conceitos e proposições contemporâneas.

Dotado de uma perspectiva mais pragmática, tratava-se de refletir historicamente sobre as formas de fruição e gestão turística; de realizar estudos acerca dos processos singulares de formação e transformação territorial, ao mesmo tempo que resgatar e refletir sobre as experiências internacionais nos campos do turismo e da preservação do patrimônio. Vale também considerar que a impossibilidade de contar com o apoio de agências de pesquisa no desenvolvimento dos trabalhos, inviabilizou a construção de um *banco de dados* importante ao aprimoramento das leituras; a ele caberia recolher e sistematizar dados referentes às camadas temporais e às singularidades culturais locais.

AS PRÁTICAS TURÍSTICAS NA MICROREGIÃO DO BANANAL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Este território de inestimável valor histórico se fez identificado como *território turístico* em meados do século XX, ocasião em que o segmento turístico começava a firmar seus passos no âmbito das políticas públicas. Foram diversos os programas e projetos vinculados a instituições diferenciadas, às

iniciativas e empreendimentos privados; proposições de leitura e atuação que pouco a pouco, imprimiram representações às populações e aos seus bens culturais e ambientais.

Estas representações que nasceram fruto de interpretações, intercalações, sobreposições ou mesmo ocultamento de formas locais de viver, produzir, construir, se alimentar, interagir com a natureza, entre outras; foram moldadas no curso de várias décadas. Representações, por sua vez, que ao se firmarem, passaram a integrar, se sobrepor ou mesmo se confrontar com outras modalidades de representação – muitas delas firmadas em processos históricos mais recuados.

Com este primeiro recorte de abordagem, procuramos refletir e analisar conceitos, metodologias, proposições e experiências que o segmento turístico vivenciou na microrregião do Bananal; experiências que deram forma a uma “vocação turística” firmada em “identidade(s) turística(s)”, e ainda, em certas “tradições turísticas”



Figura 17: Mapa turístico ‘Caminhos da Corte – Bocaina’.
(Fonte: Site Barreiro Turismo),²³

²³ Disponível em <https://barreiruturismo.com.br/mapas/mapa-04-11-17-1200/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

TURISMO E PATRIMÔNIO: CONCEITOS E INTERRELAÇÕES

Os campos da preservação do patrimônio e do turismo, há cerca de 50 anos, vem estabelecendo relações de sincronia. Proximidade que teve origem em meados dos anos 1960, quando profissionais e representantes do segmento turístico tomaram assento no Conselho Internacional de Monumentos e Sítios/ICOMOS da UNESCO.

Nesta instância, certos objetos e problemáticas do turismo passaram a ser discutidos à luz de conceitos, formulações, desafios e experiências de preservação do patrimônio histórico e cultural.

Entre os primeiros desdobramentos deste “encontro”, constou a criação do Comitê Científico Internacional sobre Turismo Cultural (ICOMOS, 1969); a criação, pela ONU, da Organização Mundial do Turismo (OMT, 1975); a formulação da Carta de Turismo Cultural (ICOMOS, 1976) e a instituição do Comitê Científico Internacional de Turismo Cultural (ICOMOS, 1976). Nos anos 1970, de fato, o segmento do turismo passaria a tratar de questões e conceitos da grande área do patrimônio, em suas próprias instâncias.

Nos anos 1980, coincidindo com o crescimento da importância da questão da cultura nas sociedades, coube à OMT instituir diretrizes norteadoras para um vasto conjunto de questões, entre estes, os de preservação patrimonial.

Nos anos 1990, numa outra gama de questões, a OMT impulsionou, nas interfaces entre o turismo e o patrimônio, uma série de diretrizes que diziam respeito ao estabelecimento de: uma prática turística ética e comprometida com a proteção do patrimônio cultural (Carta sobre Ética do Turismo e Meio Ambiente, 1992, OMT); de um conceito de sustentabilidade aplicado ao turismo, mantendo-se atenção com os impactos do turismo sobre as culturas tradicionais, estilos de vida e exploração de grupos vulneráveis (Declaração de Osaka sobre Turismo, 1994, UNWTO/OMT); de um programa de turismo cultural para a “Rota da Seda” (Declaração de Samarkanda, 1994, UNESCO e OMT); de instrumentos de planificação e gestão integrada entre os campos da preservação e do turismo (Carta de Lanzarote ou Carta do Turismo Sustentável, 1995, OMT); de um programa de turismo cultural para a “A Rota dos Escravos” (Declaração de Accra, 1995, UNESCO e OMT) e ainda, de contribuições específicas do turismo para a conservação dos atrativos culturais (Declaração de Buenos Aires, 1995, OMT).

Nos anos 2000, enquanto o ICOMOS tratava da salvaguarda do patrimônio imaterial (Recomendações de Paris, 2003, ONU) e expandia as medidas conservativas para o entorno dos sítios e áreas patrimoniais (Declaração de XI'AN sobre a Conservação do Entorno, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural, 2005, ICOMOS); ele também lançava uma nova categoria de patrimônio cultural da humanidade: a de Itinerários Culturais, um conceito elaborado entre os anos 1993 e 2005 em parceria com o Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, conforme teremos oportunidade de tratar adiante.

Enfim, foi em conjunto com o ICOMOS (entre outros fóruns internacionais de cultura) que integrantes e representantes do segmento de turismo partilharam dos alargamentos de sentido de patrimônio cultural.

Os avanços trilhados na compreensão dos processos e fenômenos culturais, com particular atenção sobre as questões da circulação e da fruição contemporânea, nos permitem refletir e operar com os bens culturais na condição de recursos turísticos, podendo-se considerar que, através do turismo, as ações de gestão da preservação podem obter meios de promover a conservação e restauração dos bens, a sua valorização identitária, a melhoria das condições de fruição, a ampliação dos usos, as articulações no interior de contextos e territórios; a incorporação de novas tecnologias, entre outras questões.

Do ponto de vista do turismo, os bens culturais como recursos possibilitam integrar rotas e itinerários culturais; receber eventos; fortalecer outros produtos de turismo cultural (gastronomia, artesanato); promover produtos culturais mais consolidados; receber programas de interpretação; reforçar valores (singularidade, autenticidade, originalidade, experiência qualitativa); promover o aproveitamento sustentável; oferecer rentabilidade aos negócios turísticos, entre outras questões. Já na interface do turismo e do patrimônio, temos a oportunidade de: dinamizar a economia local, fomentar a participação social (envolvendo lideranças e organizações locais; agentes e instâncias municipais; instituições públicas diversas; organizações culturais e patrimoniais; ONGs, fundações, agrupamentos, universidades, além da indústria turística com seus operadores, agências, transporte, serviços hoteleiros, serviços gastronômicos), entre outras questões.

O CONCEITO DE ITINERÁRIO CULTURAL

Entre as proposições geradas nesta longa trajetória de diálogos entre a preservação do patrimônio cultural e o turismo, o conceito de itinerários culturais, em nosso entender, merece uma particular atenção.

Inspirado nas rotas culturais de tradições mais recuadas, o conceito de itinerários culturais teve origem em 1993, ocasião em que seu deu a inclusão da “Rota dos Peregrinos para Santiago de Compostela” na Lista do Patrimônio

Mundial. Este reconhecimento levou o Comitê do Patrimônio Mundial a propor, dois anos depois, a inclusão das *Rotas Culturais* entre os bens patrimoniais da humanidade (UNESCO).

Para aprofundar o conceito e estabelecer bases científicas e metodológicas para seu reconhecimento, o ICOMOS instaurou em 1998 o Comitê Científico Internacional sobre Rotas Culturais (CIIC); instância que efetivamente inseriu esta nova categoria de patrimônio na Lista do Patrimônio Mundial em 2005.

Enfim, em 2008, a Carta internacional sobre os Itinerários Culturais apresentou as bases do conceito, os processos de investigação, conservação e valorização do patrimônio cultural; uma classificação segundo as dimensões territoriais e culturais, o objetivo ou função, a duração temporal, a configuração estrutural, o enquadramento natural; além de recomendações alusivas à identificação, autenticidade e integridade para efeito de indicação como patrimônio da humanidade.

A nova categoria de patrimônio surgia, então, atenta às formas de comunicação entre os povos, reconhecendo nos processos de mobilidade ou sistemas de trocas dotados de vias de comunicação próprias a condição de fenômenos históricos. Os conteúdos achar-se-iam firmados nas suas relações com o meio, com o território e com a história construída a partir de um determinado itinerário.

Na atualidade, um grande número de itinerários culturais se acha reconhecido e inserido na Lista do Patrimônio Mundial. A variedade de formatos (itinerários culturais ao longo de rios, em áreas rurais, no interior de cidades) nos permite identificar a presença de diferentes experiências de ressignificação patrimonial, de conservação, de incorporação de recursos e atrativos, de gestão compartilhada, de envolvimento de atores sociais, de geração de rendas, de trato do “bem patrimonial” (categoria que transcende o material e imaterial para incorporar outros elementos, como a natureza). Este conceito, em nosso entender, poderia desempenhar um papel fundamental na preservação do patrimônio cultural da Microrregião de Bananal.

De fato, Areias, Bananal, São José do Barreiro, Silveiras, Arapeí, municípios da microrregião do Bananal, quando tomados numa perspectiva isolada, compõem um conjunto *difuso de sinais*, não nos sendo possível identificar a teia de sentidos que, no curso do tempo, os definiram enquanto tais.

No entanto, num estudo mais profundo dos caminhos de constituição desta área situada no extremo leste paulista – numa antiga zona de fronteiras entre os territórios paulista, mineiro e carioca –; nós nos surpreendemos com os resultados de pesquisa. Os vestígios que se acham presentes na

microrregião de Bananal testemunham, de fato, a presença de processos que desde o século XVII ganharam forma nesta porção específica do território paulista. Marcas muito antigas de formas de vida rural e urbana; tradições tropeiras parcialmente vivas; testemunhos de uma economia cafeeira outrora intensa e poderosa, resistem aos fenômenos acelerados de industrialização, migração e urbanização, hoje preponderantes no Vale do Paraíba paulista.

Tradições e bens culturais que traspõem delimitações político-administrativas e que se mostram integrados a um território mais amplo, permeado por fluxos mercantis, por dinâmicas produtivas e trocas culturais centenárias, revelam sinais de um território que ganhou forma em finais do século XVII, que se estruturou no século XVIII e que despontou no século XIX como um grande centro de produção e comércio.

Esta região centenária de trocas culturais, dinâmicas produtivas e fluxos mercantis, localizada nas fronteiras das antigas Capitânicas e Províncias e dos atuais Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro criou, assim como manteve por toda sua trajetória de formação e desenvolvimento, um eixo viário norteador conhecido como Caminho Novo da Piedade. Esta estrada que também abarcaria trechos dos municípios de Lorena, Queluz, Cachoeira Paulista, Cruzeiro e São João Marcos (e que sofreu na década de 1870 uma interrupção de trajeto provocada pela entrada em cena da ferrovia Pedro II, mas se manteve íntegra na área compreendida entre Silveiras e Bananal); foi aberta entre as décadas de 1720 e 1770 pelo Governo da Capitania de São Paulo para seguir rumo à cidade do Rio de Janeiro, contando com a participação ativa de sesmeiros e moradores da Vila de Guaratinguetá e de sua Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (atual Lorena). O Caminho Novo da Piedade, concluído na década de 1770, promoveu o transporte de ouro entre São Paulo (minas de Cuiabá) e Rio de Janeiro; o transporte de gêneros de abastecimento entre as capitânicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; o deslocamento de inúmeras e constantes boiadas entre as três Capitânicas e Províncias; a passagem de viajantes, comerciantes, autoridades entre estas capitânicas, o transporte de café no curso do século XIX, entre outros produtos e atividades. Este intenso fluxo de mercadorias e pessoas também faz povoar as suas margens, transformando-se a estrada num vetor de ocupação e desenvolvimento regional numa zona de fronteiras, constando entre as dinâmicas impulsionadas por sua passagem, a penetração e desenvolvimento das lavouras de café, procedentes do território fluminense entre as décadas de 1830 e 1880.

A passagem do Caminho Novo da Piedade integra o conjunto de vestígios que hoje se encontra disperso pelos municípios; vestígios de processos que desde o século XVII ganharam forma nesta porção do território paulista. Marcas interrompidas de uma economia cafeeira outrora intensa e poderosa, que se somam às tradições tropeiras parcialmente vivas, ou ainda, às formas mais

antigas de vida rural e urbana – que ainda resistem aos fenômenos acelerados de industrialização, migração e urbanização do Vale do Paraíba paulista.

CAMINHO NOVO DA PIEDADE: ENTRE OS VESTÍGIOS, PROPOSIÇÕES DE LEITURA

Neste território, a passagem do centenário *Caminho Novo da Piedade*, aberto entre as décadas de 1720 e 1770 pelo Governo da Capitania de São Paulo para interligar a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (atual Lorena) à Cidade do Rio de Janeiro por terra; integra o conjunto de vestígios que hoje se encontra disperso pelos municípios.

Esta estrada (que também abarcava trechos dos municípios de Lorena, Queluz, Cachoeira Paulista, Cruzeiro e São João Marcos) sofreu uma interrupção de trajeto na década de 1870 com a construção da ferrovia Pedro II; no entanto, ela se manteve íntegra na área compreendida entre Silveiras e Bananal.

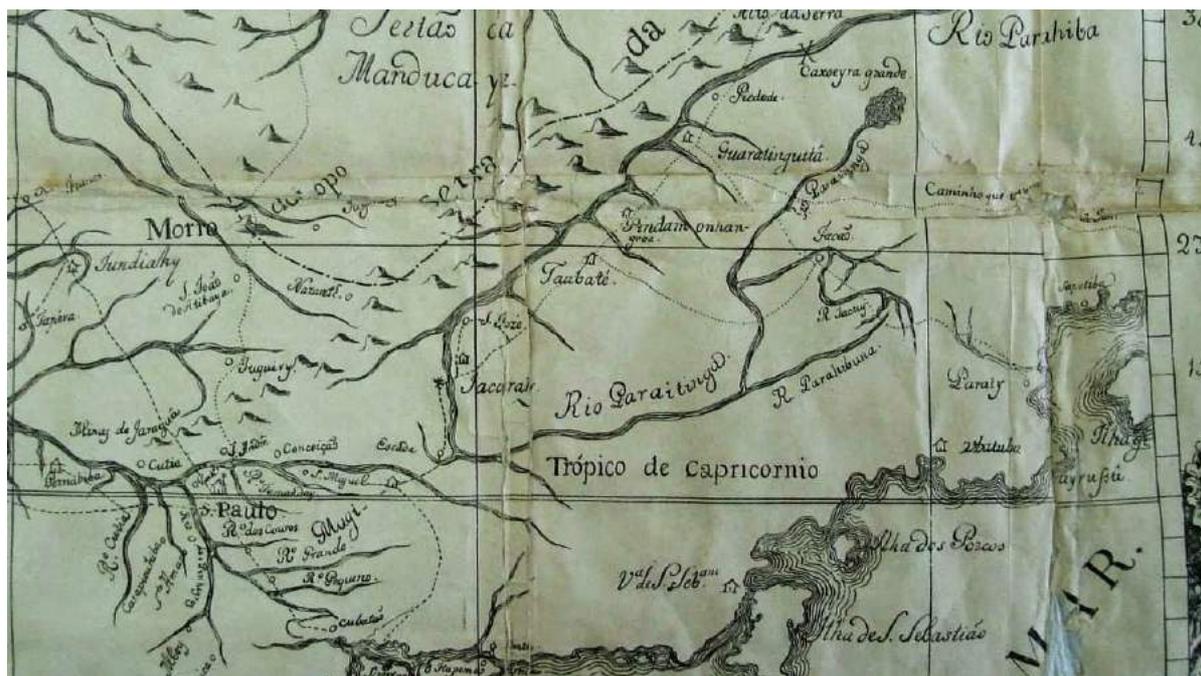


Figura 18: Fragmento da Carta Corográfica da Capitania de São Paulo, 1766.
(Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo/SP).

Aberta numa área de entroncamento entre as capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, numa região de intenso cultivo de alimentos, produção de açúcar e cachaça, criação e engorda de animais; por ela circulava, originalmente, produtos de abastecimento. No entanto, sujeita aos descompassos enfrentados pela Capitania de São Paulo frente aos territórios mineiro e carioca, sua construção sofreu diversas interrupções, além de

enfrentar dificuldades técnicas para vencer obstáculos naturais numerosos e difíceis.

Mas sua conclusão, em 1778, levou-a a cumprir um papel estratégico na ocupação e povoamento de extensos territórios, a começar por um dos bairros rurais de Piedade (Lorena) que se fez elevar à condição de Freguesia de Areias (1787); pelo “Bairro dos Silveiras” que ganhou forma nas proximidades do “Pouso do Ventura” (por volta de 1800); pelas origens do povoado próximo a um pouso e a uma capela, que daria lugar a um patrimônio, origem da Freguesia de São José do Barreiro (1842); ao povoado que daria origem a Bananal numa porção do Caminho Novo mais próxima da fronteira da Capitania do Rio de Janeiro (1780).

O trânsito da estrada motivaria também, na virada dos séculos XVIII para o XIX, a instalação de diversas estalagens.

Este eixo viário entre o território paulista e carioca, com conexões com o território mineiro se transformaria, enfim, numa das principais estradas de condução de animais (cavalos, muares, bois), assim como as vilas, freguesias e bairros paulistas das imediações veriam crescer as atividades e negócios, constando entre eles as de engorda de animais para a revenda na Corte.



Figura 19: Bananal. Jean Batiste Debret, 1827. (Fonte: DEBRET - Viagem ao Sul do Brasil. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2021).²⁴

²⁴ Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento578939/debret-viagem-ao-sul-do-brasil>. Acesso em: 26 jul. 2021.



Figura 20: Bananal. Thomas Ender, 1817. (Fonte: ENDER, Thomas. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2021).²⁵

PROCESSOS PRODUTIVOS NO CURSO DOS SÉCULOS XVIII, XIX, XX ...

As oportunidades abertas nesta zona de fronteiras do Vale do Paraíba Paulista pelo Caminho Novo da Piedade também atraíram famílias de outras regiões, em particular, das áreas de mineração, surgindo nas proximidades da Estrada uma grande quantidade de fazendas mistas. Estas propriedades, por sua vez, em princípios do século XIX, começaram a ensaiar o cultivo de café, encontrando nas lavouras um maior espaço nas propriedades que já cultivavam cana de açúcar. O Vale do Paraíba, de qualquer forma, veria crescer efetivamente esta produção quando “o cafeeiro deixou de representar uma ocupação promissora e passou a constituir efetivamente uma opção de investimento rentável”.²⁶

No curso do século XIX, a cafeicultura viria a se sobrepôr à policultura vigente, recebendo na região a presença de ferroviárias, entre elas, a Estrada de Ferro Resende Bocaina (1877), construída para escoar café de São José do Barreiro, Areias e região. Esta Estrada de ferro, desativada em 1928, teria seu leito ocupado pela rodovia Rio-São Paulo (governo Washington Luis) no trecho entre Cachoeira Paulista, Silveiras, Areias, São José do Barreiro e Bananal – hoje Estrada dos Tropeiros.

Enfim, com a diminuição da produção cafeeira na década de 1890, municípios como Bananal, Areias, São José do Barreiro, Silveiras, entre as

²⁵ Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa11773/thomas-ender>. Acesso em: 26 jul. 2021.

²⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n°7, pp. 138-152, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11686>.

demais cidades desta porção do Vale do Paraíba, enfrentaram sérias dificuldades; em particular Bananal.

Com o recrudescimento da produção cafeeira já na década de 1890, a economia da região de Bananal, Areias, São José do Barreiro, Silveiras, entre as demais cidades desta porção do Vale do Paraíba, enfrentou sérias dificuldades; em particular, Bananal.

Em especial, uma grande geadada em 1918 (que dizimou cerca de 40% dos cafezais do Vale, além de ter atingido outras regiões) e a crise econômica de 1929, acabaram por interromper uma dinâmica produtiva já centenária nesta região, porém, as distintas trajetórias dos municípios possibilitaram que cada um adotasse caminhos próprios de retomada de desenvolvimento.

Com o recrudescimento da produção cafeeira já na década de 1890, a economia da região de Bananal, Areias, São José do Barreiro, Silveiras, entre as demais cidades desta porção do Vale do Paraíba, enfrentou sérias dificuldades; em particular, Bananal.



Figura 21: Marc Ferrez, Vale do Paraíba, século XIX.
(Fonte: Instituto Moreira Salles).²⁷

Em especial, uma grande geadada em 1918 (que dizimou cerca de 40% dos cafezais do Vale, além de ter atingido outras regiões) e a crise econômica de 1929, acabaram por interromper uma dinâmica produtiva já centenária nesta

²⁷ Disponível em: <https://ims.com.br/exposicao/marc-ferrez-mestre-da-fotografia-do-seculo-xix/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

região, porém, as distintas trajetórias dos municípios possibilitaram que cada um adotasse caminhos próprios de retomada de desenvolvimento.

De uma forma geral, o maior contingente da população, presente na zona rural, retomou ou deu continuidade às suas atividades de abastecimento, ou ainda, a uma tradicional – no sentido de centenária – policultura. Já os núcleos urbanos enfrentaram um enfraquecimento maior das suas dinâmicas de comércio e circulação viária. Foram as lavouras de milho, feijão, cana de açúcar, fumo, arroz, a criação de porcos e, em menor escala, de gado bovino, cavalos, burros (animais de trabalho), a produção de farinha, aguardente e rapadura (a movimentar as vendas das cidades); estas foram estratégias comuns que permitiram a sobrevivência dos municípios. Os seus territórios, no entanto, enfrentaram maior fragmentação das propriedades e também se ampliou a presença de arrendatários.



Figura 22: Marc Ferrez, Vale do Paraíba, século XIX.
(Fonte: Instituto Moreira Salles).²⁸

A narrativa deixada por Monteiro Lobato em “Cidades Mortas” fala de um “ambiente marasmático” no sentido da perda do vigor de vida urbana, mas também como desdobramento de “uma dinâmica econômica que migra de uma região para outra” e que provoca com isso a desertificação. As “Cidades

²⁸ Disponível em <https://ims.com.br/exposicao/marc-ferrez-mestre-da-fotografia-do-seculo-xix/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

Mortas” do Vale enfrentavam agora a marginalização; uma marginalização associada às deficiências de conexão, a estagnação urbana, ao “abandono dos senhores de cafezais”, ou ainda, a um “progresso nômade”, já que a cafeicultura se deslocara para outras regiões paulistas.

PROPOSIÇÕES

A presença de um eixo viário que por mais de 200 anos atuou na ordenação do território hoje identificado como microrregião de Bananal, nos possibilita articular e reconhecer como testemunhos históricos, um conjunto de vestígios dispersos por diversos municípios.

Estudar este antigo **Caminho Novo da Piedade** em suas especificidades, compreendê-lo em suas extensões, percebê-lo em sua abrangência, são condições essenciais para que os bens culturais de Areias, Bananal, São José do Barreiro, Silveiras e Arapeí se façam identificados, reconhecidos e salvaguardados.

Nesta trajetória de redescobertas, um conceito caro ao turismo internacional se revela: o conceito de itinerários culturais. Através dele, estes mesmos vestígios e testemunhos poderiam receber do universo de atuação turística, novas perspectivas de inteligibilidade, reconhecimento e preservação. No dinamismo da circulação contemporânea, haveria possibilidades de se retecer leituras, de se estabelecer novos entendimentos acerca de um território de valor histórico inestimável.

Esse estudo, que se viu limitado em parte de suas pretensões, atenta para uma perspectiva alternativa de preservação do patrimônio e desenvolvimento turístico na/da microrregião do Bananal. Esta perspectiva, em nosso ver, pode se revelar capaz de atentar permanentemente para um reconhecimento e preservação das singularidades locais, assim como para as dinâmicas turísticas (passadas e presentes) em seus propósitos, formas e sentidos.

II - DEBATEDORES

Dalton Branco

COMTUR de São José do Barreiro

Primeiramente eu gostaria de registrar um agradecimento à Universidade de São Paulo que, através do Curso de Turismo da ECA, muito bem representado aqui pelas professoras Clarissa e Karina, desenvolveu um trabalho realmente digno de nota no Vale Histórico, trazendo consequências e transformações relevantes para a governança das políticas públicas de turismo aqui da região, principalmente a partir do exemplo que a gente conseguiu construir em São José do Barreiro.

Queria também agradecer a oportunidade de estar compondo este painel junto da Márcia, do José Luís de Bananal, sobretudo de Solange Barbosa, é um enorme orgulho poder estar acompanhando esse painel, ainda mais nos tempos que correm e sobretudo diante deste resgate feito pela professora Clarissa, da questão da escravidão na construção das narrativas, que é um processo fundamental para a estruturação de atrativos turísticos.

Eu estou em São José do Barreiro há quase oito anos, sou advogado militante no eixo Rio-São Paulo há vinte anos e me fixei em São José do Barreiro a partir do momento em que adquiri aqui uma propriedade rural que se tratava de um antigo monastério budista na Serra da Bocaina, onde eu vim desenvolver um trabalho de ecoturismo e, por conta disso, acabei me envolvendo na área de turismo. A partir daí, em razão do meu engajamento e do reconhecimento que os outros atores locais tiveram da minha atividade, acabei sendo eleito o presidente do Conselho Municipal de Turismo, que é uma construção recente dos municípios. Na verdade, até 2016, o governo do estado de São Paulo não tinha muito controle sobre as suas estâncias turísticas, no sentido de que as estâncias deveriam ter os seus conselhos municipais de turismo para debaterem, desenvolverem e atuarem como estâncias de governança colaborativa, para a construção de políticas públicas de turismo, e isso é uma novidade aqui na região. Na esteira dessa herança escravocrata, essa é uma região onde a democracia se faz presente de maneira muito tardia. Existe uma cultura de mandonismo ou de coronelismo, à luz do que Victor Nunes Leal descreveu em “Coronelismo, Enxada e Voto”²⁹, um dos livros base para o entendimento da cultura política do interior do país que ainda é muito presente aqui na região.

São José do Barreiro tem vinte e dois anos de condição de estância turística, desde 1998, e nessas quase duas décadas de estância turística o governo do estado fez uma série de inversões que a gente estima hoje, em valores

²⁹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Companhia das Letras, 7^a ed. 2012.

atualizados, algo em torno de 60 ou 80 milhões de reais. Esse dinheiro deveria ter sido utilizado para o aparelhamento turístico do município. Porém, o próprio governo do estado não incentivava isso, pois muitas vezes municípios como São José do Barreiro têm problemas crônicos de orçamento, e o controle deste foi se intensificando com o maior exercício fiscalizador dos tribunais de conta. Há a questão da verba carimbada, então há verba para saúde, para educação, para transporte, e a discricionariedade dos prefeitos para agirem foi reduzida. Então, quando os prefeitos iam ao Palácio dos Bandeirantes para pedir uma emenda, uma verba ou um investimento, todos os governadores orientavam usar a verba do turismo para que fosse feito aquilo que o prefeito achasse necessário. Então a verba do turismo foi, por muito tempo, utilizada como uma verba adicional para uso discricionário do prefeito, sem orientação de uma lei que obrigasse o investimento desse dinheiro em uma determinada direção. Ou seja, havia a previsão legal do uso dessa verba para o turismo, mas não havia fiscalização. Em 2016 o governo do estado resolveu mudar isso, pois foi constatado que havia um gasto muito grande e investimentos históricos enormes do governo do Estado de São Paulo nas estâncias, e esses grandes investimentos não se materializavam, não havia um retorno desse dinheiro público todo investido em estruturas turísticas. O primeiro passo que se tomou foi a exigência para que as estâncias adotassem conselhos que teriam o papel não apenas de decidir a aplicação destas verbas, como também de fiscalizá-las, e isso passou a ser também uma condição para a manutenção do status de estância. Hoje em dia, de 2016 para cá, temos um novo sistema funcionando, onde as estâncias passam por uma avaliação todo ano e, no intuito de gerar uma competitividade entre os municípios, a cada três anos, três estâncias caem da condição de estância e três municípios de interesse turístico ascendem à condição de estância. Então, São José do Barreiro, apesar de ter tido outras experiências de conselho municipal de turismo, foram apenas experiências efêmeras, extremamente rarefeitas, pouco construtivas, porque não havia necessidade de o conselho realmente opinar, deliberar ou decidir. As atas do conselho não eram documentos necessários para a abertura de uma linha de crédito, como é hoje, na verdade, houve uma mudança na forma de acesso a essa verba, antigamente eram repasses e hoje são linhas de crédito abertas pelo governo do estado mediante avaliação dos projetos aprovados pelo COMTUR.

Bom, feita essa parte introdutória, em 2017, um grupo de empresários aqui da cidade se reuniu com a atual gestão e nós decidimos começar a construir esse processo de governança colaborativa, inclusive a palavra governança foi ganhando importância cada vez maior aqui e é um grande desafio se trabalhar uma governança colaborativa nessa região, pois isso pressupõe uma governança democrática das políticas públicas num território onde nunca se teve o hábito de se fazer governança democrática de política pública alguma. Então você tem, às vezes, uma inabilidade que é atávica de vários agentes públicos para lidar com a questão das opiniões conflitantes,

divergentes, e da disputa de opiniões e de narrativas, e você também tem uma sociedade civil muito fragilizada; então nós precisamos, em um primeiro momento, começar a construir uma identidade para a sociedade civil e mostrar a ela o quanto seria importante que ela participasse do processo decisório. Dentro disso, existe um trabalho grande que é o de lutar por uma cidadania mais ativa em uma região que está acostumada a ter uma cidadania – se é que se pode chamar de cidadania – muito passiva. É um lugar onde se está acostumado a resolver as coisas através de intermédio de terceiros, e não existe a cultura de construção coletiva de denominadores comuns que embasam depois o alicerce de uma política pública maior.

Então, diante desses desafios que são monumentais, um pequeno grupo começou a construir o COMTUR aqui. Nós felizmente já estamos no segundo mandato, e acredito que se não tivesse sido pelo advento da pandemia, teríamos conseguido conquistar objetivos mais interessantes. A pandemia realmente teve um papel muito nefasto no que diz respeito à desarticulação de tudo aquilo que foi feito, pois na medida em que você não pode mais organizar assembleias para discutir os assuntos e as pessoas ficam presas em suas casas, em uma região onde a comunicação por internet ainda é precária – além do fato de que não são todas as pessoas que têm acesso à internet –, torna-se quase inviável dar continuidade a esse trabalho de articulação da sociedade civil. Estamos agora num compasso de espera, aguardando a evolução do quadro sanitário do país. A verdade é que faz praticamente um ano que o Conselho Municipal de Turismo de Barreiro está parcialmente parado. Nós éramos um polo irradiador desse movimento aqui na região, então quando nós paramos de atuar, o movimento regional também arrefeceu. Agora estamos fazendo várias avaliações sobre como nós poderemos, a partir dessa circunstância difícil que estamos vivendo hoje, retomar primeiro essa articulação e, em seguida, organizar a sucessão, pois não é porque eu estou hoje como presidente do Conselho que quero continuar nesse papel que é um tanto exigente. Gostaríamos que surgissem outras lideranças e que mais pessoas pudessem participar; trazer pessoas para esse debate é um papel difícil.

Por outro lado, o que eu posso dizer de benéfico e muito positivo dessa experiência toda, é que essa sinergia que ocorreu entre o trabalho desenvolvido pelas professoras da Universidade de São Paulo e a região, não apenas plantou sementes, como deixou frutos muito concretos aqui. O plano diretor de turismo com o qual as professoras Clarissa e Karina apresentaram o município de São José do Barreiro, é a pedra angular da construção da política municipal de turismo: na forma que ele foi entregue, foi incorporado à legislação municipal, e é a partir dele que nós estabelecemos as réguas, as medidas e as metas que devem ser alcançadas no desenvolvimento turístico do município. Nós começamos a investir desde a primeira reunião, até por conta desse trabalho que foi feito junto à Universidade de São Paulo, o que destaca a importância da extensão universitária nesse aspecto que vocês trabalharam,

pois se não fosse pelo trabalho de extensão, nós provavelmente não teríamos começado o nosso trabalho a partir de um ponto que parece ser fundamental, que é o resgate do patrimônio histórico edificado. Uma das deficiências que nós notamos aqui, foi que apesar de toda essa riqueza histórica e ambiental, como as áreas circundantes do Parque Nacional da Serra da Bocaina, que hoje é patrimônio mundial, nós carecemos ainda de atrativos turísticos customizados. É uma região que tem muito potencial, mas não tem atrativos customizados para que o turista chegue e aproveite, absorva e usufrua desses potenciais. Então um primeiro ponto que parecia ser crucial, era fazer o resgate do patrimônio histórico edificado e da própria narrativa histórica da região, e assim nós desenvolvemos aqui em São José do Barreiro o projeto “São José do Barreiro, cidade histórica”, onde, através dos pontos relacionados pelo plano diretor, nós pretendemos seguir os passos que foram dados vinte anos atrás por cidades históricas de referência, como Paraty e Tiradentes. Quem conheceu essas cidades trinta anos atrás, vai lembrar que eram praticamente ruínas, muitos dos casarões estavam abandonados e largados, e foi a partir de um resgate do patrimônio histórico edificado e de uma valorização da narrativa histórica desses lugares que eles se reinventaram como polos turísticos, e essa é a nossa vontade e ambição maior para São José do Barreiro: conseguir fazer a cidade se reinventar através do seu resgate histórico. Assim o COMTUR aprovou, desde 2017, uma série de projetos que vão nesse sentido, como a reforma ampla da iluminação da praça que não está concluída e a criação de dois eixos históricos dentro do plano urbano. Nesses eixos históricos nós pretendemos fazer uma reforma da iluminação por lâmpões, para resgatar um ar mais bucólico que a cidade tem. Além da iluminação, há a proposta de tombamento desses eixos históricos que estão pontuados por quatro prédios de enorme valor histórico para o município. O eixo histórico tem formato de cruz, e em cada uma de suas pontas há os seguintes prédios: o cineteatro, que é uma joia aqui do Vale e é um dos mais antigos cinemas do estado de São Paulo, que foi inteiramente restaurado e reformado e está em vias de ser reinaugurado; o outro ponto é o antigo hospital do município que também passou por um processo de reforma e revitalização e que no futuro deve receber a sede administrativa do município, mas que também vai pontuar um outro local de recuperação de patrimônio histórico; nós temos ainda o prédio que hoje sedia o sindicato rural, mas que foi a antiga estação férrea da cidade; e por último mas não menos importante, senão o mais importante, o cemitério antigo, que hoje é conhecido por Cemitério dos Escravos, que inclusive foi levado a tombamento pelo CONDEPHAAT em 1979, para justamente se transformar em atrativo histórico do município. Nós estamos em 2021 e o processo não se concluiu na sua plenitude, e aquela área não foi incorporada à administração municipal.

Inclusive, essa é outra dificuldade enorme que a região enfrenta: o tempo de maturação dos projetos. Eu falei agora sobre o Cemitério dos Escravos, mas o próprio cineteatro, que agora vai ter concluído, passou por um processo

de requerimento de apresentação do projeto para reforma que levou dez anos até a sua conclusão. Essa é uma outra questão que temos conversado bastante aqui: como fazemos para acelerar esses processos de recuperação e restauro dessas referências de patrimônio histórico edificado e da própria narrativa histórica dentro desse território, quando esses processos são tão demorados e exigem tamanho nível de engajamento e participação por tantos anos? Afinal, as pessoas buscam resultados, e esse é um dos grandes desafios da governança colaborativa ou da democracia: ela precisa entregar. Hoje em dia, se nós temos uma crise representativa muito grande, ela se dá em grande medida pelo fato de que o regime democrático não trouxe soluções a contento para uma grande parcela da população que, frustrada, não hesitou em escolher outros caminhos para tentar aplacar a sua frustração com o que está dado. Aqui, não é diferente e, inclusive, diria que a ansiedade por soluções é muito grande. Essa aqui é uma região que vive em decadência econômica há cem anos, desde o final do ciclo do café. É uma região que sofreu bastante, pois há no final do ciclo do café uma quebra grande da produção de riqueza local e um esvaziamento demográfico profundo, considerando que a esmagadora maioria dos escravos migraram. Ninguém que foi escravo quer continuar escravo na mesma terra, é de todo ser humano evadir de onde ele se manteve cativo. Depois, a antiga estrada Rio-São Paulo, que hoje é a Rodovia dos Tropeiros, perdeu sua importância com a inauguração da Rodovia Dutra, e o fluxo que era feito para essa região foi todo para o fundo do Vale, havendo um esvaziamento suplementar. Por fim, a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina: as pessoas não lembram, mas ele foi criado na esteira do programa brasileiro para ser uma área de contenção em caso de acidente nuclear. Felizmente nós criamos ali uma área de contenção belíssima, um lugar magnífico mas, na época, São José do Barreiro perdeu praticamente a totalidade das suas terras agricultáveis onde se produzia uma quantidade relevante de frutas, não deixando alternativas, em termos de uso de território, senão a pecuária, que é uma atividade que, ao longo do tempo, traz consequências complicadas para a população, dada a sua exigência: quem lida com pecuária começa a primeira ordenha às 4h da manhã, a segunda deve estar concluída até as 16h da tarde, logo, quem trabalha com isso tem pouco tempo para se dedicar a outras atividades. Por outro lado, ela fornece um rendimento que permite às pessoas comprar na venda suas necessidades alimentares, por exemplo, mas ao longo de décadas as pessoas param de plantar. O que é muito curioso, pois São José é uma área intrinsecamente rural onde não se planta sequer um pé de tomate. Se você precisar de frutas, verduras e legumes, eles vêm de fora, porque toda a sociedade está organizada dentro do ciclo da pecuária leiteira ou de abate há décadas, e isso vai erodindo os saberes populares de lidar com a terra, de uma forma que já houve no passado. Inclusive, um dos grandes desafios que temos hoje, diz respeito à edificação de atrativos turísticos em uma região que logo mais começa a se incendiar e permanece com grandes focos de incêndio por dois, três meses. O período de inverno que, geralmente, é o período mais atrativo para as regiões de serra, para nós é

complicado porque ele é marcado por incêndios em grande escala, em 2017 tivemos um que levou à calamidade pública. Enfim, os desafios do território são enormes, vão exigir muito trabalho e engajamento. Eu, particularmente, não acho que exista solução fora de governança colaborativa e democrática. Se tentarmos soluções impostas de cima a baixo, elas podem perdurar por um tempo, mas por falta de base elas tendem a ruir. É fundamental que as soluções tenham um engajamento social, ou fica muito difícil torná-las perenes.

Acho que os desafios são enormes e, à luz da pandemia, eles ficaram maiores ainda. Mas, de qualquer forma, sem o trabalho pioneiro da Universidade de São Paulo através do Curso de Turismo aqui na região, nós não estaríamos tendo um debate tão qualificado e de alto nível, e não teríamos conseguido ferramentas tão importantes para diagnosticar de maneiras tão claras os nossos problemas e, a partir disso, poderemos começar a construir soluções. Acho que já me estendi demais, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de fala, se alguém tiver alguma pergunta eu posso complementar.

José Luiz de Moraes

*ex-secretário Municipal de Cultura e Turismo e
ex-presidente do COMTUR de Bananal*

Boa tarde a todos! Quero agradecer a oportunidade de participar desse evento junto a tão conceituados amigos, e agradecer em especial a Dra. Clarissa Gagliardi pelo convite.

Permitam-me fazer uma pequena retrospectiva sobre minha participação no processo turístico da região: apesar de não ter formação na área, desde muito cedo me interessei pelo turismo em minha cidade. Na juventude trabalhei como guia local levando hóspedes dos hotéis existentes para conhecer as cachoeiras e picos da Serra da Bocaina em Bananal. Assessoriei a saudosa amiga Lúcia Náder, quando esta ocupou o cargo de diretora municipal de turismo e, naquela ocasião, percebi que deveria contribuir de alguma forma com esse processo. A administração pública, a área de cultura e do turismo me encantou e iniciei minha participação em todas as discussões e reuniões sobre o tema que se organizavam na região.

Em 2005 fui convidado pela prefeita Miriam Bruno para ocupar o cargo de secretário e assumi a pasta sem muito conhecimento da área turística, apenas com o *know how* na realização e organização de festas populares e eventos. Bananal é Estância Turística desde 1987 e durante todo esses anos muitas tentativas foram feitas para que alcançássemos, sem sucesso, o desenvolvimento do turismo como fonte de renda.

Mesmo com as limitações, com apoio do SEBRAE-SP que nos propôs um projeto de regionalização do turismo, reunimos os diretores e secretários municipais da época e conseguimos mobilizar os prefeitos para a criação do Consórcio Intermunicipal do Vale Histórico e a implantação do PDTR³⁰. Em 2005, iniciamos uma série de atividades em conjunto, os seis municípios, que culminou com a instituição da nomenclatura de “Vale Histórico” para a região até então chamada de “Fundo do Vale”, criamos o Festival Gastronômico do Vale Histórico e conseguimos uma sinalização turística padronizada para toda a região. Foram importantes realizações em direção a organização e a transformação da região num destino turístico reconhecido. Infelizmente por falta de comprometimento dos gestores posteriores e do afastamento de alguns personagens responsáveis pela mobilização, o consórcio caiu na desmotivação até se encerrar com a saída dos municípios conveniados. Ocupei o cargo de secretário até 2008 quando, por motivos políticos, fui exonerado. Em 2015, com

³⁰ José Luiz se refere ao trabalho desenvolvido pelo SEBRAE no Vale Histórico nos anos 2000, intitulado na época de PDTR - Plano de Desenvolvimento Turístico Receptivo.

o retorno de D. Mirian à prefeitura, novamente ocupei o cargo de Secretário Municipal e demos início a vários projetos: conscientização da importância do Turismo, cursos de capacitação para os serviços existentes, curso de condutores turísticos, entre outras ações.

Nessa época, quando nos preocupava a necessidade de fazer um plano de turismo bem elaborado para garantir a permanência de Bananal entre as Estâncias, que é umas das exigências básicas da lei criada pelo governo estadual, nos apareceu a Professora Clarissa com a proposta de elaboração do plano municipal de turismo gratuito para nossa cidade em termos de cooperação entre o município e a USP, através do Curso de Turismo da Escola de Comunicação e Artes. Para nós foi como um bálsamo, uma oportunidade única, pois se dependesse de recursos municipais para contratar uma empresa de consultoria para elaborar nosso plano, isso não seria possível diante da situação financeira que o município se encontrava. Com um orçamento de 32 milhões por ano, com 50% desse total comprometidos com a folha de pagamento, 25% com a educação e mais a saúde pública que consumia até 30%, impossibilitava qualquer investimento em outras áreas. A conta não fechava. Bananal sempre no vermelho, e como investir no turismo com essa realidade? Durante muito tempo os prefeitos utilizaram os recursos do DADETUR para obras de infraestrutura (como calçamentos de ruas) que não atendiam os interesses e necessidades do turismo. Por isso digo que nossos gestores municipais têm o turismo como prioridade apenas nos discursos políticos. É lamentável que durante todos esses anos de estância não tenhamos conseguido criar políticas públicas que realmente colocassem o turismo como prioridade, até porque somos “Estância Turística”, e essa foi minha luta durante esse tempo: “convencer” sobre a importância do turismo para a região.

Quando deixei a secretaria, em 2016, ao término da gestão de D. Mirian, fui eleito presidente do COMTUR e iniciamos uma reestruturação do conselho que se encontrava desmotivado. Revisamos e alteramos a lei de criação e o regimento interno que eram muito antigos e aumentamos o número de representantes na composição do conselho, por entender que com mais representantes de estabelecimento comerciais, serviços e entidades constituídas, mais voz o conselho teria. Assim conseguimos definir uma lista de prioridades para uso dos recursos do DADETUR, encaminhando ao gestor municipal para que assumisse o compromisso de utilizá-la. Elencamos várias ideias apresentadas, discutimos e escolhemos em assembleia as prioritárias, que entendemos ser de maior urgência para o turismo.

Em junho de 2007, o prefeito eleito “Peleco”³¹ me convidou novamente para assumir a pasta de turismo e permaneci no cargo até 2020, o que foi

³¹ Jorge Rodrigues da Silva Filho, Ex-prefeito de Bananal conhecido como “Peleco”.

atípico devido à Pandemia do Coronavírus. Hoje estou afastado da cidade. Por motivos particulares me mudei para o município vizinho, Rio Claro/RJ, onde também já ocupei por um tempo o cargo de secretário municipal de turismo. Mas hoje, os novos gestores fizeram mais uma modificação na lei de constituição do COMTUR de Bananal e, embora eu esteja de fora, torço para que se torne eficiente e decisório na orientação para melhor emprego dos recursos do DADETUR.

O que me frustra é o fato de termos feito várias tentativas para atingir o tão sonhado desenvolvimento do turismo, com a inserção de Bananal e região como destino turístico consolidado, conhecido nacionalmente e até internacionalmente, sem sucesso. O Plano Municipal de Turismo elaborado pelo Curso de Turismo da ECA, foi instituído por lei municipal, mas infelizmente não está sendo aplicado ou mesmo utilizado pela administração municipal. Mas foi de suma importância para nós e foi um norte enquanto estivemos na gestão do turismo na cidade. Espero que vocês, articuladores e apaixonados pelo Vale Histórico, estejam sempre presentes na região com seus conhecimentos e projetos em prol do turismo local.

Márcia Azeredo

Gerente de Relações Institucionais na APRECESP (Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo)

Em todas as falas iniciais, me veio à mente a questão da prática, porque eu gosto muito dessa questão. Eu estou ali no dia a dia do governo, na prática, e a teoria nos ajuda muito a fazer com que a prática seja mais efetiva. Eu lembro de ter, como secretária de turismo que eu fui por muitos anos, recebido em meu município uma universidade para fazer um trabalho com a gente, e eles fizeram todos os estudos assim com a USP fez com vocês no Vale histórico. Uma das discussões de que eu me recordo dentro do Conselho Municipal de Turismo, era sobre uma aluna que fazia exposição de todo o trabalho que havia sido desenvolvido, e nós da secretaria de turismo fomos colocando o que a gente fazia, como resolvíamos cada questão na prática, e por aí vai. Eu me lembro dessa aluna dizer: “então quer dizer que tudo que a gente aprende na faculdade não funciona? Porque eles fizeram diferente”, e eu disse a ela: “exatamente pelo contrário, pois o que a gente aprende na faculdade, a gente mescla com a prática e aí você consegue fazer a coisa acontecer de verdade”. Pois o que a gente mais percebe nos municípios? O Dalton falou sobre isso, o Zé Luiz e também as professoras. Muitas vezes o município não faz porque ele não consegue, porque ele não tem estrutura ou porque não quer mesmo. Eu faço parte do poder público há muito tempo, então eu sei que se você quer fazer você arregança as mangas, você move o mundo e você faz. Quisera eu, fiquei olhando lá quando a Clarissa falou no começo, o que aconteceu na região do Vale Histórico. Então foram 4 Planos de Desenvolvimento Turístico Municipais, 21 projetos interdisciplinares, duas pesquisas de pós-doutorado, duas pesquisas de iniciação científica, fóruns e debates. Quisera eu, quando estava na prefeitura ter a USP ali com a gente na Mantiqueira Paulista fazendo um trabalho desses. Porque a gente tem que agarrar com todas as possibilidades o que vem, e fazer acontecer tendo uma parceria, um apoio tão importante como esse. Eu fui até Bananal em uma das apresentações e uma das audiências públicas, onde os alunos e as professoras apresentaram parte do trabalho que estava acontecendo. Foi excelente a apresentação, tinha as pessoas de Silveiras, de outros municípios... Quando eu saí e fui ali no centrinho de Bananal, entrei num comércio e perguntei ao dono: “Você não participou da apresentação que a USP acabou de fazer?”, e ele falou: “mas isso daí não adianta nada, isso aí é coisa da prefeitura”. Então eu falei pra ele, “espera aí, a prefeitura te convidou, não convidou?” E ele “sim, sim, eu recebi o convite”, ao que eu falei: “então, eles te convidaram, se eles te convidaram é porque eles queriam te ouvir e aí a sua fala poderia estar ali nessa apresentação, nesta audiência pública, nessas discussões que estão sendo desenvolvidas”, aí ele falou assim, “sabe que eu não tinha pensado nisso, porque pra mim tudo que vem da prefeitura não funciona”. “Será? Talvez não funcione porque a

comunidade não está comprometida com o propósito e não está contribuindo com o trabalho. Porque vocês imaginam quanto custaria uma consultoria, você ter professores gabaritados, como os da USP, os alunos da USP fazendo um trabalho pra vocês, no município de vocês?” E aí ele começou a rir e falou assim, “nossa, moça, precisou você vir de fora pra falar isso pra gente”, e eu falei então: “vocês têm aqui profissionais fantásticos que são capazes de promover o desenvolvimento do município, da região com vocês e aí você não participa”. Porque tudo que vem do poder público não funciona, mas se ele não dá um *start*, se ele não der um pontapé, ninguém se movimenta, então ele deu e os conselhos municipais de turismo estão envolvidos. Então eu acho que na prática, às vezes a gente se depara com essa dificuldade: você traz a proposta, mas a pessoa não vai porque ela não gosta de A, não gosta de B.

O Zé Luiz falou dos Planos Diretores de Turismo. Eu participei de uma *live* com o pessoal do Vale do Paraíba, a Solange esteve lá também assistindo com a gente e num determinado momento surgiu a questão do Plano Diretor de Turismo. O comentário foi bem positivo a respeito do plano de turismo, que existe porque ele dá um norte pra você trabalhar, então a partir do plano você consegue realizar algo. No momento do meu comentário, eu falei: “gente, não que eu esteja sendo negativa, mas ter o Plano de Desenvolvimento do Turismo, o Plano Diretor de Turismo, não significa que ele vá acontecer. Na maioria das vezes, principalmente – o Dalton comentou da Lei 1261 de 2015³², ela exige o Plano Diretor de Turismo –, todo mundo correu lá e fez, sabe-se lá como fez, alguns fizeram bem feito, alguns fizeram bem mal feito e uma grande maioria guardou. Por que você fez, então, se você não vai usar? O objetivo é que ele seja seu material de trabalho, seu livro de cabeceira, que você comece o seu dia de trabalho pensando naquilo que você tem ali. E nós da APRECESP, como representante das setenta estâncias turismo do estado – que depois da Lei 1261, passaram a todas serem chamadas de turística, mas cada uma delas pode usar a sua categoria como preferir, as balneárias, as turísticas, as hidro-minerais e as climáticas –, nós temos oferecido programas de capacitação aos municípios, para que eles tenham consciência do trabalho que precisa ser desenvolvido, e digo a vocês que a gente precisa laçar muitos deles para fazer parte com a gente. A USP já foi e é a nossa grande parceira neste programa de capacitação, assim como o SENAC. O que se tem procurado fazer é trabalhar de forma que os municípios visualizem o que precisa ser feito, quais os caminhos ele precisa tomar. Todo mundo tem medo do ranqueamento: “ah, eu tenho medo de perder a minha condição de estância e passar a ser MIT (Município de Interesse Turístico)”, dizem. A minha pergunta é: “o que você está

³² A recente Lei Complementar 1261 de 2015 incidiu sobre a natureza das Estâncias, passando a denominar todas como “turísticas” e ampliando o número de municípios beneficiários dos recursos vinculados ao Fundo ao criar o status de Municípios de Interesse Turístico (MIT). Para conferir a lei: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>.

fazendo pra não perder a sua condição de estância?” “Porque pressupõe-se que se você é um destino estância, você é um destino consolidado, verdade ou mentira?” Mais ou menos, né. Não é porque nós representamos as estâncias, que achamos que elas são perfeitas. Não, elas não são perfeitas e nós fazemos questão de mostrar a elas onde estão errando e como nós podemos ajudá-las. Ontem nós começamos algumas vídeo-aulas interativas sobre Conselhos Municipais de Turismo. Lançamos inicialmente vinte e cinco vagas, vamos fazer outras ainda, e começamos ontem, por quê? Nós queremos que a partir da Lei 1261, os Conselhos Municipais de Turismo tenham um papel muito importante na escolha e na validação dos projetos. Não dá para ter o Conselho Municipal despreparado, que fica guerreando com a prefeitura, então se a prefeitura não aprova o meu projeto, eu também não aprovo o dela, e aí? Cadê o foco no desenvolvimento turístico do seu destino? Então esse trabalho tem que ser em conjunto. Nós começamos o trabalho com os conselhos municipais, confesso pra vocês que tivemos algumas dificuldades pra chegar até os conselhos. Nosso contato maior é com as prefeituras, mas dependendo da prefeitura, você manda o convite pra prefeitura e fala assim: “convida o seu Conselho Municipal de Turismo, porque nós não temos o contato deles. E aí quando você chega lá na hora, você começa a correr a lista, e aí você a vê, “cadê o Conselho Municipal de Turismo?” Só tem secretário. “Ah, mas a gente convidou e eles não vieram”. Será que convidou mesmo? Porque aqueles que a gente convida, eles vão. Então a gente conseguiu os contatos dos presidentes dos conselhos, e vamos até fazer uma atualização. E aí agora, toda vez que nós enviamos o convite para as prefeituras, este convite também vai para o Conselho Municipal de Turismo, para que ele participe com a gente.

Sobre o DADETUR³³, até então ele é focado só em obras de infraestrutura, o que pra nós é decepcionante, porque você faz um trabalho super bacana e depois você não consegue promover, ter capacitação, não consegue investir em programa de capacitação. Então, está havendo uma discussão entre a Secretaria de Turismo do Estado, a APRECEP e a AMITESP para haver uma mudança no arcabouço legal do FUMTUR, que rege o DADETUR. Para que possa haver, além das obras de infraestrutura, um trabalho com promoção e com capacitação – porque a APRECEP faz a capacitação, a gente promove capacitações para nossos associados, mas a gente não dá conta, porque são 70 estâncias, se você dobrar, já são 140 pessoas, se você triplica, são mais de 210 e daí como nós damos conta de todos? A ideia é que esse recurso também

³³ O Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos – DADETUR, integra a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, e atualmente congrega 70 municípios denominados estâncias turísticas. Foi criado pela Lei nº 6.470, em junho de 1989 para, entre outras atribuições, transferir recursos diretos para a execução de obras e programas ligados ao desenvolvimento do turismo nas cidades reconhecidas como estâncias. Os recursos dos convênios que essas cidades celebram com o DADETUR provêm do Fundo de Melhoria das Estâncias, cf. <https://www.turismo.sp.gov.br/dadetur/o-que-e-dadetur>.

seja disponibilizado e isso está sendo trabalhado entre esses três entes: a secretaria de estado, a APRECESP e a AMITESP, em conjunto para fazer essa alteração e facilitar o trabalho dos municípios. A grande maioria das estâncias é município pequeno, como Bananal, São José do Barreiro, a minha cidade, São Bento do Sapucaí, somos todos municípios pequenos, então a gente tem uma estrutura muito enxuta, muito difícil de trabalhar. O recurso do DADETUR ajuda os municípios, tanto que quando eu era secretária, a gente ia pedir qualquer coisa na secretaria do estado e eles falavam: “você já tem o DADETUR”. Mas o DADETUR é para fazer obra, eu não quero fazer obra! Eu quero fazer outras coisas, eu quero serviços, eu quero promover o destino, eu quero capacitar o pessoal. Então, a Lei 1261 abriu novos caminhos, como o Dalton falou. Ela é perfeita? Não é, mas ela já ajudou em muita coisa. Ainda não temos ranqueamento, e não temos previsão por conta dessa pandemia; fica muito complicado você lançar os municípios numa disputa porque eles não conseguem comprovar pesquisa de demanda, muitos equipamentos fecharam, outros estão aguardando uma possível reabertura, então a secretaria deu uma segurada nesse momento, a pedido das duas associações, mas uma hora ele vai acontecer. Já existe um desenho pra ele, é um desenho perfeito? Não é. Mas este desenho existe e existem possibilidades de que ele assuma uma forma mais efetiva. Então nós, da APRECESP, temos batalhado bastante para que os municípios se desenvolvam ordenadamente, de forma planejada. Uma última coisa que eu gostaria de salientar, é a importância da empatia – Bárbara falou sobre isso também –, de se falar com as pessoas, de ouvir as pessoas, de sentir o que as pessoas precisam. O Zé Luiz falou do projeto do SEBRAE e eu trabalhei lá na época como consultora no Vale Histórico. É muito gostoso você sentar, ouvir as pessoas, saber o que elas esperam, o que elas querem, o que elas buscam e não simplesmente vir com o pacote pronto, impor pra elas. É isso, essa empatia que faz as coisas acontecerem de verdade, por isso a gente fala que turismo tem a ver com pessoas. A Solange ainda falou outro dia, “eu estou com tanta saudade das nossas aglomerações turísticas, porque é onde a gente troca ideia, é onde a gente troca experiência e desenvolve projetos em conjunto”. Gostaria ainda de parabenizar a USP pelo trabalho feito, porque deu uma força para os municípios, empoderou os municípios para que eles trabalhem como região. Cada município foi trabalhado de uma forma para que depois eles possam compor uma região. De antemão, sem nem pedir pro meu presidente – pois tenho certeza de que ele não vai ser contra –, a APRECESP já se coloca à disposição da USP para continuarmos esse trabalho no Vale Histórico. Nós temos uma ideia guardadinha, Clarissa, para o Vale Histórico, para nossas estâncias, e depois a gente quer trocar com vocês, mas já nos colocamos à disposição para continuar esse trabalho no Vale Histórico.

Solange Barbosa

Coordenadora do Programa Cultural Rota da Liberdade

Eu viajei aqui nessa aula. Eu sou uma turismóloga que foi fazer história, então é minha paixão. É muito interessante, porque eu fui fazer turismo por causa do Vale Histórico, justamente no momento em que o Vale Histórico estava mudando daquele termo ruim de ‘fundo do Vale’ pra Vale Histórico. Começava-se a falar em turismo e na época, o prefeito já falecido – acho que São José do Barreiro mesmo –, afirmara que no ano 2010 o Vale Histórico seria um dos maiores destinos turísticos do Brasil; e eu, que não sabia o que era turismo, fui estudar, porque eu falei: “eu quero estar nessa”.

Depois, quando eu fui fazer história, pesquisando sobre a presença negra no Vale do Paraíba, eis que toda a construção desse Vale do Paraíba e, consequentemente do Vale Histórico, passa pela mão negra. A Rota da Liberdade foi construída dentro desse processo, foi feita pra fazer novas narrativas dentro do turismo. Tudo bem que você conte a história dos vencedores, mas, como diz aquele provérbio africano: “quando os leões contarem a sua versão da caçada, então vai ser bem diferente da versão do caçador”. Então por que não ouvir os leões também?

Mas foi muito engraçado porque eu já cheguei com a Rota da Liberdade – a Marcinha sabe de todo o processo –, era a Rota do Escravo por conta do projeto da Unesco e o Vale Histórico foi o primeiro a me rejeitar, com direito a um artigo gigantesco no jornal *O Estado de São Paulo* em resposta à divulgação da Rota³⁴, em 2006. Partindo lá de Cruzeiro, argumentavam, “como assim iria valorizar a população negra? Como é que ia falar de escravo sem mostrar um instrumento de tortura, se nem tinha mais isso lá?”.

E, aliás, isso foi uma das coisas que me chamou a atenção. Depois eu entendi que não era nem contra mim aquele manifesto todo, era contra o então secretário de Turismo do Estado de São Paulo. O problema era com ele, porque uma das frases que mais me chamou a atenção foi justamente essa: “e o turista vai chegar no Vale Histórico como? De helicóptero? Porque as nossas estradas são intransitáveis”.

Aí a pessoa começou a falar mal do próprio Vale. A gente sempre levou em consideração, sempre discuti essa baixa autoestima do Vale Histórico, no sentido de não se reconhecer em toda sua magnitude, em toda sua importância. Como a própria professora Mirza acabou de colocar aqui: “olha, a gente tá

³⁴ <https://acervo.estadao.com.br/publicados/2006/10/10/g/20061010-41265-nac-69-via-v12-not-wxkskga.jpg>.

falando do Caminho da Piedade, a gente tá falando de uma história que é muito anterior à riqueza do café, é muito anterior a todo esse processo”.



Figura 23: Sobrado Vallim. (Fonte: Site do Condephaat)³⁵.

Eu tive a alegria de conviver com Ocílio Ferraz³⁶, que foi um grande homem aqui, um dos grandes homens da história e da cultura, e ele defendia o tropeirismo. Eu tive a oportunidade de defender o tropeiro negro. Com documentos, vestígios históricos, arquivos históricos em que consta a presença dos tropeiros negros. Então se houve um desbravamento, se o Vale Histórico nasce – porque o que se diz é que no Vale Histórico as cidades nascem de pousos de tropas –, os homens negros estavam ali, escravizados ou não.

Eu fazia esse discurso em Bananal, eu não quero chegar aqui e ouvir, é claro que vão contar do Comendador Aguiar Vallim, nós vamos visitar o

³⁵ Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/sobrado-vallim>. Acesso em: 26 jul. 2021.

³⁶ Solange se refere a Ocílio Ferraz, sociólogo, natural de Silveiras, filho, neto e bisneto de tropeiros, dedicou boa parte de sua vida ao meio ambiente e à valorização da cultura do Vale do Paraíba, com especial dedicação ao tropeirismo. Publicou livros e artigos sobre o tropeirismo, reavivou a cidade de Silveiras com seu restaurante, que também era um lugar de valorização da cultura pela gastronomia. Sua morte foi registrada no Jornal Folha de São Paulo, em 2016:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1845709-mortes-os-tropeiros-e-a-formiga-frita-de-seu-ocilio.shtml>.

casarão³⁷ e vão contar que esse tapume está ali porque tinha uma banda de escravizados que tocavam todas as músicas conhecidas internacionalmente”. Eu quero contar desses homens, eu quero contar da qualidade desses escravizados, que eram músicos ímpares, exemplares. Mas a narrativa não era aceita, a narrativa tinha aquela coisa fetichista mesmo de ver o sofrimento, de ver a dor e não de falar, por exemplo, de uma produção associada ao negro – eu quero até me solidarizar porque Bananal acabou de perder a proprietária da Fazenda dos Coqueiros³⁸.



Figura 24: Banda de música dos escravos de Antônio Luís de Almeida, genro e cunhado de Manuel de Aguiar Vallim (Fonte: Coleção Resgate, LABHOI/UFF).

Quando você vai no alambique, por exemplo, você tem aquela história: “ah, caiu um pingo na cabeça do negro lá, uma gota de cachaça e assim se descobriu a cachaça”. Não, esses negros tinham tecnologia, e o Vale Histórico não aceitou essas narrativas. Acho que o mais próximo que eu tive de uma aceitação das narrativas da Rota da Liberdade, foi com a Eliana Leite, da Fazenda São Francisco, em São José do Barreiro, que tem aquele museu

³⁷ Solange se refere ao Sobrado Vallim, edificação que pertenceu ao Comendador Aguiar Vallim e foi tombado pelo Condephaat em 1972. Solange também faz referência à sala do sobrado em que a banda de escravos de Antônio Luís de Almeida se apresentava. (Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/sobrado-vallim>. Acesso em: 26 jul. 2021).

³⁸ Solange se refere à Fazenda dos Coqueiros: <http://www.fazendadoscoqueiros.com.br/>.

dedicado ao Armando Viana³⁹, em que você pode trazer uma narrativa sobre a presença de um afro-brasileiro que fez uma diferença nas artes, mas, no contexto geral, a Rota da Liberdade não emplacou no Vale Histórico, justamente por essa necessidade de se valorizar apenas a história do vencedor

E eu sempre aprendi isso com o Ocílio e com o professor José Luiz⁴⁰. Nós estamos há um ano de 2022, do centenário da Independência e eles tinham um projeto lindíssimo dos caminhos da Independência, da jornada da Independência de Dom Pedro que passa pelo Vale Histórico. A gente sempre falava: “olha, quem sabe, em 2022, a gente consiga voltar pro Vale Histórico e trabalhar um novo olhar”. Afinal, nos dias de hoje, o afroturismo é uma tendência. Se em 2006 era turismo étnico, com recorte afro, hoje é afroturismo. São homens e mulheres negros e homens e mulheres não-negros buscando novas narrativas, e eu vejo o Vale Histórico com um potencial de ser um caminho de uma formação histórica através do turismo. Não estou falando só de turismo pedagógico, estou falando de turismo de vivência mesmo, de experiência, de você chegar num território e encontrar tantas narrativas sobre a formação de uma sociedade que você atende a todo e qualquer público. Além, é claro, das belezas naturais.

Eu vejo essa possibilidade, eu acredito nela. Assim como a Marcia se colocou com a Aprecesp à disposição da USP, eu também estou à disposição para que a gente possa construir novas narrativas dentro do Vale Histórico, porque é uma região sensacional, maravilhosa, que tem muito a contar e que pode utilizar o turismo para fazer essas narrativas. O Vale Histórico tem esse poder. Ele precisa se organizar, ele precisa se atentar para esse presente, como a Clarissa apontou. Eu também, como a Marcia, quando vi os produtos dessa parceria da USP no Vale fiquei “nossa, mas 10 disso, 7 daquilo, 8 daquilo! Caramba! Já ia pedir para ir pra fazer isso aqui em Taubaté também!” [risos].

Então com todo esse material teórico e acadêmico, com toda essa construção, é a hora do Vale Histórico se reinventar, sair daquela condição infame de só valorizar o escravista e passar a valorizar outras e várias narrativas humanas dentro do território e, também, a própria presença do Vale Histórico na formação histórica, não só do Vale do Paraíba, mas de todo o Brasil, através do turismo.

³⁹ <http://www.fazendasaofrancisco.com.br/museu-armando-vianna.asp>.

⁴⁰ José Luiz Pasin, professor, pesquisador, ambientalista e dedicado à história do Vale do Paraíba. Além de suas publicações, uma entrevista concedida ao MIS – Museu da Imagem e do Som, permite conhecer mais de sua trajetória e sua relação com o Vale do Paraíba, especialmente com a cidade de Aparecida. Disponível em <https://acervo.mis-sp.org.br/audio/entrevista-de-jose-luiz-passim-0>.

Quero dizer que tem uma questão de mentalidade também, aproveitando para lembrar e mandar um abraço para o Lucas, da Bocaina Experience⁴¹, porque ele faz parte de um pessoal, de um grupo que tem essa mentalidade, que tem esse olhar um pouco mais ampliado para as possibilidades de narrativas dentro desse território, não é, Dalton? Então isso é muito importante esse engajamento.

⁴¹ Agência de Receptivo Turístico e Eventos que atua no Vale Histórico. <http://barreiroturismo.com.br/associado/bocaina-experience/>.

II.1 – DEBATE



Figura 25: Atividade “Que Turismo Você Quer para Queluz”, 2019. Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal de Queluz. Foto: Célestin Pierre Louis Fédéric Barre Disponível em http://www2.eca.usp.br/n%C3%BAcleos/turismo/wp-content/uploads/2020/04/PDTM_QUELUZ_VF.pdf.

Clarissa:

Bom, são muitas questões, vocês imaginam que poderíamos ter falado de vários aspectos do Vale. Algumas questões foram tocadas nas falas, mas temos material para analisar e para propor muito debate. Primeiro, queria comentar uma coisa que o Dalton colocou e o José confirmou, que é esse uso dos recursos financeiros destinados ao turismo e que acabam servindo de complemento orçamentário; quer dizer, a cidade usa dos recursos na rubrica do turismo, mas quando você olha São José do Barreiro que, se não me engano, de todas as estâncias é a que menos pode acessar recursos do DADE-TUR em termos de percentual de arrecadação mas mesmo assim ultrapassa dois milhões os recursos disponíveis (pelo menos quando nós passamos pelo município era esse o valor que o município podia acessar). Ou seja, poderiam usar mais de dois milhões de reais por ano, não é um recurso desprezível, então, realmente, se houvesse uma sistemática de investimento em projetos estruturais para o turismo, de fato, São José e Bananal poderiam carregar todo o Vale Histórico num ciclo de desenvolvimento do turismo mais consolidado já. E aí vou associar isso a outra coisa que vocês trouxeram, que acho que é importante para a gente entender: eu também sempre me fiz essa pergunta, “mas por que que o Vale?” Eu vim fazer minha iniciação científica em Bananal em 1995, depois eu voltei para fazer um mestrado em 2005, depois voltei com a USP em 2015. A cada retorno meu ao Vale, vi a mesma coisa e eu sempre me perguntei: “por quê?”. Tem dinheiro, tem recursos aqui de toda ordem, tem memórias, como a Solange e a Mirza colocaram, uma pluralidade infinita de narrativas possíveis, e por que o Vale não deslança? Quando eu vejo na Geórgia ou na Louisiana, nos Estados Unidos, o que aquelas *plantations* fizeram, em termos de circuitos, museus, atividades artísticas e culturais; quer dizer, é claro que tem um domínio de uma narrativa porque muitas propriedades por lá mantêm ainda essa invisibilização do negro, mas existem outras propriedades geridas por negros e que têm um discurso completamente diferente, quer dizer, quando eu vejo aquilo, por que é que o Vale não faz algo semelhante?

Eu acho que tem uma problemática no Vale Histórico, dialogando agora contigo, Dalton. Embora sejam cidades históricas, elas não se reconhecem como tal e eu acho que aí tem um problema também das políticas patrimoniais, porque no Brasil a gente tem essa tradição que foi quebrada talvez muito recentemente, que é de reconhecer como cidade histórica as cidades de perfil colonial. Então, quando você fala: “vou para uma cidade histórica”, as pessoas relacionam isso com Minas e eu acho isso um problema, acho que isso só teve um começo de mudança com as políticas de patrimônio imaterial no Brasil, que vem dos anos 2000. Ou seja, é uma coisa mais recente, mas que eu acho que diz respeito a um conceito de cultura que vem arejar um pouco as políticas patrimoniais e, talvez, favorecer que outras cidades se reconheçam também como dignas de história. E aí não adianta você deixar de chamar de Fundo do Vale, José Luiz, e passar a chamar Vale Histórico, porque não é só um título,

essas cidades precisam de fato se reconhecer como portadoras de história importante. Em todas as falas isso apareceu aqui, o quanto isso é importante. Talvez a fala da Mirza tenha sido a que colocou mais objetivamente isso. Então, tem essa problemática ainda de um certo domínio, e eu me sinto um pouco no papel, porque eu sou Bacharel em Turismo, eu tenho um pouco esse sentimento de obrigação de dialogar com os meus pares que vão para o mercado e de discutir esse tipo de coisa, pois na minha opinião é uma visão um pouco obtusa das possibilidades de turismo. O turismo acaba repisando aqueles lugares já consagrados pelas políticas patrimoniais, aqueles lugares já consagrados pelas histórias oficiais, e ele não precisa estar comprometido única e exclusivamente com esses lugares de memórias que já estão de alguma forma garantidos, registrados. Então eu acho que há muitas possibilidades inexploradas e quando eu olho o Vale eu vejo muito isso, e em outros lugares do Brasil também.

Tem uma coisa também que o Dalton colocou, que é o tempo da participação e o tempo da realização: é um descompasso que vai minando vários projetos. Acho que essa costura eu vi um pouco em São José, eu vi um pouco isso em Bananal, no entorno da Estação Ecológica, com pequenos proprietários que foram compondo um anel de proteção ambiental para proteger a Estação Ecológica⁴². Eu vi um pouco disso em vocês em São José do Barreiro, uma certa rede de apoio mútuo para fazer acontecer, por exemplo, o ecoturismo ou o turismo em outros segmentos, a despeito de grandes projetos ou políticas que dariam sustentação para isso. Então, o negócio é você ir realizando uma pequena rede aqui e ali, mas não perder o pé dos conselhos, porque os conselhos são de fato o espaço mais privilegiado que a gente tem, mas não dá pra ser um conselho que existe realmente só no papel.

Eu vi que a Eliane, da Fazenda São Francisco de São José do Barreiro está participando conosco via *chat* do *youtube*. Eu me lembro quando nós fizemos o Plano de Turismo em São José, fiquei hospedada lá com meu filho pequeno, e a fazenda São Francisco acho que é um espaço diferenciado, com o Museu Armando Vianna. Eu fiz uma fala que talvez tenha se dirigido a todo o Vale, mas é claro que existem nuances, existem municípios em que esse trauma da escravidão não é tão evidente, há alguns empreendedores que percebem essa lacuna nas narrativas, mas acho que todo o Vale tem que trabalhar essas memórias negras.

O José Luiz falou do PDTR, e eu lembro que quando ele estava começando, eu estava fazendo uma pesquisa em Bananal eu ouvi partes dos meus entrevistados, que eram monitores, jovens que foram recrutados para um trabalho que o SEBRAE fez com a Fundação Florestal para formar monitores para atuarem tanto na Serra do Bocaina, quanto no Centro Histórico, para

⁴² <https://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=16417>.

monitorar grupos de visitantes. Então quando você ia para a cidade, você conseguia agendar a visita com esses monitores. Eles eram jovens e moradores ali da cidade, e fizeram uma fala que para mim foi muito marcante. Primeiro que alguns jovens não se referiam aos atrativos da cidade como atrativos deles, mas de alguém, de outros, se auto excluindo um pouco, sendo que eles eram monitores moradores daquela cidade. E outra que a passagem deles por aquela função era transitória; quando eles arrumassem coisa melhor para fazer saíam daquela função, porque aquela história que eles tinham que reproduzir era uma coisa com a qual eles nunca se identificaram. Foi o que o Dalton falou, há 100 anos essas cidades vivem em evasão, e aqueles jovens que tinham poucos anos de vida ali, de pujança, tinham que reproduzir uma história de riqueza. E aí foi dinheiro. Dinheiro público, dinheiro para capacitar aqueles monitores. Então foi isso que eu quis mostrar: que no fundo, fincar o pé nessa narrativa, inclusive, é uma problemática para esses espaços de gestão porque se tem dinheiro, investimento que se coloca ali e o negócio não dá certo, talvez não seja por uma questão técnica, de como o programa foi operado; para mim, tem um pouco dessa memória não trabalhada, dessa história que não aparece.

Márcia, aproveitando que você está aqui, a Lei 1261, na sua origem, flexibilizava algum recurso do DADETUR para serviços?

Márcia:

Não, essa lei não traz nada sobre a aplicação dos recursos do FUMTUR, os recursos do FUMTUR (Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos) são uma outra legislação. Um dos secretários até fez uma resolução colocando 15% para serviços e deixando o restante para obras, mas isso não foi adiante, assim que o novo secretário entrou, ele recortou isso. Justamente por isso que a lei, o arcabouço legal do FUMTUR, está sendo reestudado. Ele já está bem avançado, as associações acompanham o governo e aí a ideia é essa mesmo, que entrem também outras questões que não digam respeito simplesmente às obras. Sobre as obras que o Dalton falou, que antigamente as pessoas usavam o recurso e as prefeituras usavam o recurso para obras que não eram do turismo: na minha cidade tem uma piscina, eu nunca vi nenhum turista entrar naquela piscina, e nem a população. Depois disso o governo do estado, através da secretaria de turismo, já criou uma regra, então quando o município apresenta o projeto ele tem alguns critérios a obedecer. São seis critérios na construção dos projetos, se eu não me engano. O projeto vai para a avaliação do conselho de orientação e controle que vai validar, então ele tem que apresentar mapas, tem que ter o conselho de turismo validando. Essa questão de que poderia se investir o dinheiro em qualquer coisa, isso já mudou, Dalton, graças a Deus isso já deu uma melhorada porque a secretaria já criou essas novas regras. Então o município, se você pensa: “eu preciso fazer uma melhoria

neste acesso”, mas esse acesso chega aonde? Em algum atrativo? Ele passa por algum atrativo? Não, então não é autorizado. Então isso já melhorou, o que falta é a gente conseguir que o recurso seja flexibilizado e que possa se gastar em outras coisas que o município precisa. Eu me lembro da época em que estive na prefeitura, eu fiz um projeto de roteirização turística e a proposta era mapear o município e criar roteiros de cicloturismo, de escalada, de caminhada e tal. Quando eu apresentei pro DADE eles disseram: “olha, não tem histórico deste tipo de projeto” e eu falei, “bom, mas é um projeto de turismo, eu estou mapeando todas as rotas, mapeado toda a capacidade que eu tenho aqui pra essas atividades e criando rotas, então, são projetos de turismo”. Conclusão: eu fiquei uns dois anos para tentar adequar tudo dentro do que eles pediam e eu consegui fazer, só que o recurso contemplava o mapeamento, a confecção e instalação da sinalização, mas ele não contemplava o material de promoção daquilo. Então o resultado final era site, alguns livretos com *QR Code* onde se podia acessar tudo isso. Então, o que aconteceu? A empresa que ganhou a licitação, eu acho que ela ficou tão triste de ver que a gente conseguiu instalar, mas não ia conseguir promover porque não tínhamos recursos, que eles imprimiram dez mil guias e nos deram de presente. Isso foi um fato positivo.

Uma coisa que você falou, Clarissa, e que veio na minha mente agora sobre o Vale, é que você vai várias vezes até lá e está sempre igual. Você foi uma vez, voltou dali a quatro anos e estava igual, dali a mais tempo, está igual. Talvez não só no Vale, mas em muitos municípios e regiões falta um pouco do protagonismo das pessoas, elas ficam esperando que alguém traga [algo] para elas. Eu lembro que na época do Sebrae, tanto no Vale Histórico quanto para nós na Mantiqueira, as pessoas enxergavam o projeto como fosse do Sebrae e não deles, sendo que os protagonistas eram eles, não o Sebrae. O Sebrae é o nosso parceiro, então quando ele teve aquele problema de que os consultores precisaram ser desligados – eu trabalhava no Sebrae naquela época –, fui desligada também, estávamos num trabalho efetivo no Vale Histórico e na Mantiqueira, e aí os projetos morreram, porque estavam todos “pendurados” no Sebrae como sendo a governança, o responsável por comandar a governança, então o que aconteceu foi que as pessoas se perderam, pois elas não tinham mais o líder que era o Sebrae. Todo mundo voltou então ao seu lugar, voltou à estaca zero. Os municípios ficaram muito bravos. Eu lembro que quando fizemos aquela apresentação em Barreiro⁴³, eu encontrei o

⁴³ Márcia se refere ao *Fórum de Turismo: o curso de Turismo da ECA USP no Vale histórico (SP), pesquisa, projetos e perspectivas*, realizado na Fazenda Pau D’Alho, em São José do Barreiro em 18 de junho de 2019. Seu registro pode ser conferido no site do CETES, disponível no link <https://www.cetesusp.com/boletim-cetes> e no youtube <https://www.youtube.com/watch?v=hNhvsty3RrU>.

Rogério⁴⁴ e falei “Ai meu Deus, o Rogério”. Rogério ficou olhando, veio para mim e falou assim: “Márcia do Sebrae”, e eu falei “Rogério, por favor, eu só prestava serviços ao Sebrae”. Daí ele falou: “Então olha só, Márcia, quando acabou tudo naquela época nós ficamos perdidos, estava todo mundo muito acostumado com aquela liderança, ninguém assumiu o protagonismo”. Como a gente trabalha o turismo de base comunitária, o protagonismo é da comunidade, é a mesma coisa com esses projetos. O que acabou afundando muitos deles foi a falta de protagonismo da comunidade, que tem todo um apoio, assim como o Vale teve da USP, tem todo um arcabouço de técnicos, de pessoas trabalhando nos projetos. De repente essas pessoas foram embora porque terminou aquele processo, aí todo mundo volta à estaca zero, ao invés de abraçar o que veio e tocar pra frente. Mas o Dalton falou coisas muito positivas que estão acontecendo lá no Vale Histórico, e a gente está acreditando que vai dar certo.

Clarissa:

Só um parênteses: quando a gente começou a trabalhar no Vale, tínhamos essa preocupação de ser um agente externo protagonizando alguma coisa, e isso não funciona, porque vimos isso com o Sebrae, é impressionante como ele aparece em todos os lugares que a gente faz escuta no Vale. Então isso não dá certo! A gente nunca quis ser um agente externo dizendo o que os municípios tinham que fazer. A nossa ideia de trabalhar uma escala regional por um tempo mais longo era exatamente superar uma coisa que o José Luiz falou, do plano de ficar só no papel. A gente precisava ficar no município para ver o depois, porque a gente também precisa disso do ponto de vista pedagógico – vivenciar a implementação, a execução, a criação de indicadores para verificar a eficácia daquilo que foi proposto, se aquilo foi construído coletivamente, se aquilo foi legítimo. Daqui a pouco vou passar para a Karina e ela vai falar um pouco da continuidade do trabalho, mas a gente não conseguiu chegar nesse nível porque tem muitos impedimentos, inclusive do ponto de vista da logística, de nos movermos nos municípios, das contrapartidas locais para viabilizar uma imersão maior dos alunos no campo, enfim. É um pouco mais complicado do que apareceu aqui.

Karina:

Só vou finalizar, comentando que a gente começa essa conversa dizendo que lá em 2015 o desafio era pensar em turismo regional, e nós tivemos que

⁴⁴ Márcia se refere ao Rogério de Carvalho Rodrigues, proprietário do Restaurante Rancho, em São José do Barreiro, e atual Presidente da Associação APEAR, que promove o Vale Histórico.

alterar nossa estratégia para conseguir alcançá-lo. Ano passado tentamos construir uma turma de alunos nas disciplinas de novo e a proposta que demos a eles foi a de ter essa experiência no Vale, mobilizar as pessoas e, vendo que as coisas estão acontecendo, começar a estruturar uma proposta de planejamento para turismo regional. Começamos a fazer esse trabalho que agora está suspenso neste semestre em função da inviabilidade de fazer campo, pois não dá pra construir esse planejamento turístico aqui de São Paulo sentada atrás do computador, a gente precisa estar aí com vocês para conseguir avançar. Estamos esperando a situação do semestre que vem para retomar as atividades, ver de que maneira iremos fazer isso, então nesse sentido a gente continua no Vale e vamos experimentar o regional, ver se vai funcionar, se estamos todos prontos para ele ou se a gente vai ter que dar um passo atrás, pois pode ser que o que a gente alcançou antes da pandemia era um de jeito, e agora que vai retomar está de outro; então talvez a gente tenha que repensar um pouco a estratégia, mas a gente vai continuar no Vale mais um tempo. Estou em negociação com um prefeito do município da região para fazer um Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal, porque a gente tem uma outra turma, então estarei com muita ação no planejamento. Existem muitas turmas esperando essas disciplinas e a gente está negociando para gastar energia em um foco só e dizer a vocês que se tiverem interesse, se quiserem participar do processo, se quiserem ser comunicados, entrem em contato com a gente, podem mandar para o meu e-mail. Vou pedir ao nosso estagiário Daniel para colocar o contato na *chat* para quem tiver interesse de receber material, informação, ou inclusive de participar das discussões, que a gente vai colocar vocês no nosso *mailing* para que participem disso tudo nessa próxima etapa de trabalho. Lembro também de que tudo o que a gente produz aqui, seja o material que é gerado nesse nível de formação de graduação, que são os planos, além das pesquisas, dos nossos encontros, tudo o que a gente faz no Vale – nós organizamos todo esse material e está disponível para consulta no site do CETES, que é o nosso Centro de Estudos do Turismo e Desenvolvimento Social⁴⁵ para que vocês conheçam, compartilhem, comentem as sugestões. Nós estamos fazendo uma construção que tem memória também, e é uma memória que não é exclusivamente acadêmica, ela é para ser compartilhada sim, então eu peço ajuda de vocês para que consultem. Fiquem à vontade, inclusive, para conversar com a gente.

Dalton:

Primeiro, fazendo um gancho com o que a professora Karina falou sobre o desenvolvimento de um plano regional: isso vai exatamente ao encontro dos esforços que já vinham sendo trabalhados aqui. O Rogério capitaneou uma articulação muito importante na transição da ARCO para a APEAR na

⁴⁵ <https://www.cetesusp.com/>.

construção inicial de um plano regional de desenvolvimento entre o empresariado ligado ao turismo. Então, esse projeto de vocês soma a essas expectativas que vêm sendo trabalhadas a partir dessa ideia de que as cidades dessa região do Vale Histórico têm muito mais semelhanças entre si do que diferenças, pois na verdade elas compõem um território uno que tem que ser trabalhado de forma regional. Além disso, a Secretaria de Desenvolvimento Regional do governo do estado de São Paulo fez recentemente duas audiências públicas aqui, coletando ideias, sugestões e propostas para a estruturação de um novo plano de desenvolvimento regional, baseado na experiência Vale do Futuro que foi feita no Vale do Ribeira, e eles querem trazer essa mesma experiência para cá. Nós aqui do COMTUR de São José do Barreiro contribuimos nessa construção apresentando uma agenda de vinte e um projetos de interesse não apenas de Barreiro, como também para a região, a fim de dar um impulso desenvolvimentista para nossa área.

Agora, como bem frisou a Márcia, tudo isso precisa de engajamento e participação, as pessoas precisam se reconhecer não apenas como atores, mas é preciso que também reconheçam que essa construção as pertence e que elas têm lugar de fala nisso. Gostaria de frisar isso, pois é um desafio muito grande no sentido de se engajar e lutar para que haja uma cidadania plena para que as pessoas exercitem de fato os seus direitos e as suas obrigações, mas à luz de uma democracia participativa, de uma cidadania ativa, que à luz da herança histórica que a região traz, continua sendo um desafio.

Clarissa:

Sem dúvida! E na minha opinião, o turismo é transversal a tudo isso, sabe, Dalton, então é uma forma de você conseguir fortalecer elementos de memória, de autoconfiança, de participação política, e ali não há muitas opções, o turismo é um caminho para esses lugares que têm muitas áreas preservadas, onde não se pode ter muitas intervenções, tem o ambiente rural, enfim. Essas cidades perdem também um pouco da sua ruralidade atualmente, nós vimos ali muitas propriedades que são alugadas para atividades que nada se parecem com um ambiente rural. Tem muitas coisas que nós observamos e que a gente tem bastante disposição para continuar conversando. Como eu havia dito ali no início, esse é o fechamento de um ciclo, mas não do nosso trabalho no Vale. E sobre esse desafio da herança histórica, também lembro do trabalho da professora Silvia Zanirato junto à FAPESP⁴⁶, que fez um inventário com todas as edificações de patrimônio do Vale que estão em risco por conta de modificações ambientais muito interessantes.

⁴⁶ <https://agencia.fapesp.br/patrimonio-ameacado/20761/>.

Márcia:

Clarissa, foi o que a Barbara falou sobre ouvir as pessoas, foi o trabalho que vocês fizeram, de ouvir as pessoas. Elas se colocaram e elas participaram, então a partir disso, neste momento, elas começam a assumir o papel que é delas.

Clarissa:

Sem palavras para agradecer a disposição de vocês, acho que todos já estão cansados depois de mais de um ano de pandemia cheio das telas, cheio das *lives*, cheio dos eventos, eu sinto como um abraço esse aceite tão rápido para compor esse espaço tão pequenininho diante de tudo que a gente pode conversar, tudo que a gente observou, mas é um registro simbólico de encerramento de um ciclo que é muito importante para nós. A universidade aparece como parceira, esse é um exemplo de trabalho de como a gente pode ajudar nessas articulações para desenvolvimentos locais nessa escala de municípios e de pequenas regiões. Nesse momento que estamos vivendo é muito difícil para um público externo entender os diferentes papéis da universidade, como os diferentes ramos da ciência aportam ganhos sociais e tudo o mais. Neste governo federal isso tem ganhado um ponto de vista muito negativo, as ciências humanas vêm sendo menosprezadas, então eu gostaria de agradecer a vocês pela oportunidade de podermos falar um pouco desse nosso trabalho, de como a gente traçou essa parceria no Vale.

III – PUBLICAÇÕES



Figura 26: Compilação de material de divulgação.
 Fonte: elaboração da organizadora.

Capítulo de Livro

GAGLIARDI, Clarissa M. R.; BIGNAMI, Rosana. The legacy of black people and dialectic inclusion-exclusion in the building of the cultural heritage of a tourist destination in Vale do Paraíba. In: LIMA, Ismar Borges & KING, Victor (Ed.). *Tourism and Ethnodevelopment: Inclusion, Self Determination and Empowerment*. London-UK: Routledge, 2018.

GAGLIARDI, Clarissa M. R. Desenvolvimento Turístico no Vale Histórico Paulista: ordenamento territorial e governança. In: Lúcia Maria Machado Bógus; Luís Felipe Aires Magalhães; Suzana Pasternak (Org.). *Metropolização, Governança e Direito à Cidade: dinâmicas, escalas e estratégias*. 1. ed. São Paulo: EDUC, 2020, v. 1, pp. 85-104 (ISBN 978-85-283-0654-5).

Periódico

PELLICCIOTTA, Mirza, SOLHA, Karina Toledo. Turismo e Preservação do Patrimônio Cultural: uma trajetória (pouco conhecida) de interações. **Revista Sæculum**, nº 35 - jul./dez, pp. 157-176, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/38903>.

Artigo em jornal

GAGLIARDI, Clarissa M. R. Turismo, história e patrimônio em Bananal. *Jornal O Lince*, Aparecida/SP, 24 fev. 2017. Disponível em: <http://www.jornalolince.com.br/>.

Relatório de pesquisa

PELLICCIOTTA, Mirza. **Turismo e Patrimônio no Vale Histórico Paulista: subsídios de estudo para um aprimoramento de interações**: Relatório final de Pesquisa de Pós-Doutorado. São Paulo, 2017. Disponível em https://2a5e024a-f54d-478d-a63a-c2f88ddfa6c5.filesusr.com/ugd/99f75d_66aa38a375d24a3c822c002d34559aeb.pdf.

Apresentação de resultados em eventos científicos com publicação de resumos em Anais

GAGLIARDI, C. M. R. **Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Social no Vale Histórico Paulista**. In: **IV SEBRAMUS** - Seminário Brasileiro de Museologia, Brasília: Universidade de Brasília, jul-ago/2019. Caderno de Resumos do IV SEBRAMUS, v. 1. p. 47-48. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1jz2iMK6FXwR4wKzSLikKbf29FhqKAhaN/view>.

GAGLIARDI, C. M. R. **Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Social no Vale Histórico Paulista**. In: **ATLAS LATIN AMERICA CONFERENCE: Tourism development and social resilience in Latin America? New approaches to policy and planning**, Bogotá: Atlas e Universidad Externado de Colombia, nov/2019. Abstract Book. v. 1. p. 31-32.

GAGLIARDI, C. M. R. **Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Social no Vale Histórico Paulista**. In: **SIMPOSIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA EM TURISMO (WEB)**, *Societur Sociedad de Investigadores en Turismo de Chile*, CLAIT, Chile: Universidad Austral de Chile, abr/2021.

GAGLIARDI, C. M. R. **Narrativas turísticas como práticas de memória na interpretação do patrimônio cultural: lembrar e esquecer dos escravos negros nas cidades brasileiras cafeeiras do século XIX**. In: **III CONGRESSO INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO CULTURAL: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ANPUH-RJ, Junho/2021. Caderno de Resumos, p. 229. Disponível em: https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=143.

IV – SOBRE OS AUTORES

Dra. Clarissa M. R. Gagliardi, bacharel em turismo, mestre e doutora em Sociologia. Coordenadora do Projeto Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Social no Vale Histórico Paulista (CNPq) e atual coordenadora do Curso de Turismo da ECA USP



Dra. Karina Toledo Solha, bacharel em turismo, mestre e doutora em Ciências da Comunicação. Professora livre docente do Curso de Turismo da ECA USP e coordenadora do CETES – Centro de Estudos de Turismo e Desenvolvimento Social



Dra. Mirza Pellicciotta, historiadora, mestre e doutora em história, desenvolveu sua pesquisa de pós-doutorado intitulada *Turismo e preservação do Patrimônio Cultural: uma trajetória (pouco conhecida) de interações no Vale Histórico* entre 2015 e 2017. Nos últimos anos tem realizado trabalhos no campo da conservação do patrimônio histórico edificado junto a equipe interdisciplinar e é membro do ICOMOS BR



Barbara Marie Van Sebreeck Lutiis Silveira Martins, mestranda em história, arquiteta e urbanista e bacharel em turismo, participou da elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal de Silveiras. Atua na gestão de um empreendimento turístico em Ilhabela-SP, onde atualmente colabora com projetos e inovação em negócios.



Diego Edmilson Peralta, bacharel em Turismo pela ECA USP e participou da elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal de Bananal. Mestrando em Sociologia pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP - FFLCH e produtor cultural.



Vanessa Biazioli, Bacharel em turismo pela ECA USP e participou da elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal de Bananal. Também é historiadora e trabalha no Núcleo de Coleções da EXPOMUS – Exposições, Museus e Projetos Culturais.



Dalton Branco, advogado, atual presidente do Conselho Municipal de Turismo de São José do Barreiro, no mesmo município, é gestor mantenedor da Reserva Natural da Pedra Redonda, área particular de Mata Atlântica voltada para projetos de preservação ambiental e ecoturismo.



José Luiz de Moraes, ex-Secretário Municipal de Cultura e Turismo e Presidente do COMTUR de Bananal, participante da implantação do PDTR Plano Diretor de Turismo Regional e da criação do Consórcio Intermunicipal do Vale Histórico.



Márcia Azeredo, Gerente de Relações Institucionais na APRECESP - Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo, Consultora em projetos de desenvolvimento local com foco em turismo e ex-secretária de Turismo de São Bento do Sapucaí.



Solange Barbosa, Especialista em Turismo Étnico e Cultural, Coordenadora do Programa Cultural Rota da Liberdade e Consultora da UNESCO para o Programa Rota do Escravo, Diretora de Turismo da Câmara de Comércio Brasil – África e Proprietária da agência de Turismo Sol Barbosa Turismo e Cultura.



V - REFERÊNCIAS

- ANSELL, Chris; GASH, Alison. Collaborative Governance in Theory and Practice. **Journal of Public Administration Research and Theory - JPART** **18**, Oxford University Press, vol. 18. n° 14, pp. 543-571, 2007. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article/18/4/543/1090370?login=true>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015**. Diário Oficial, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 30 de abril de 2015, p.1. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- CONDEPHAAT. **Site do conselho de defesa do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do Estado de São Paulo**, 2021. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/sobrado-vallim/>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- DADETUR. **Site do Governo do Estado de São Paulo, 2016**. O que é DADETUR. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/dadetur/o-que-e-dadetur>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- EICHSTEDTAND, Jennifer L.; SMALL, Stephen. **Representations of Slavery: Race and Ideology in Southern Plantation Museums**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 2002.
- Estâncias. **Site do governo do Estado de São Paulo**. Informações sobre praias e estâncias. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/co-nhecasp/praias-e-estancias/estancias/>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- GAGLIARDI, Clarissa. **As Cidades do Meu Tempo: turismo, história e patrimônio em Bananal**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2011.
- ITAÚ CULTURAL. **Site da Enciclopédia do Itaú Cultural**, 2021. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- LAHBOI. **Site da Universidade Federal Fluminense, Laboratório de História Oral e Imagem**. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/banda-de-musica-dos-escravos-de-antonio-luis-de-almeida-genro-e-cunhado-de-manuel-de-aguiar-vallim>. Aceso em 25 jul. 2021.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Companhia das Letras, 7ª ed. 2012.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n°7, pp. 138-152, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11686>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MACDONALD, Sharon. **Difficult Heritage: Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond**. London/New York: Routledge, 2009.

PDTMs. **Site dos Planos Diretores de Turismo Municipais**, 2018. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nucleos/turismo/index.php/2018/10/20/planos-diretores-de-turismo-municipais/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PIT. **Site dos Projetos Interdisciplinares de Turismo**, 2016. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nucleos/turismo/index.php/projetos-interdisciplinares-de-turismo/>. Acesso em: 25. jul. 2021.

RIBAS, Rogério de Oliveira. **Tropeirismo e Escravidão: um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840-1888**. 1989. 408 f. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

TIRELLO, Regina A. O caso da destruição das pinturas murais da sede da Fazenda Rialto, Bananal. **Anais do Museu Paulista - Conservação e Restauro**, vol. 13, nº2, 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/R3HhXMQzgpYwBCJrmX8bhmX/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Atividades desenvolvidas entre 2015-2021.	8
Figura 2: Ensino-pesquisa-extensão no Vale Histórico.....	9
Figura 3: Trabalho de Campo em Silveiras. Morro dos Macacos, 2017.....	15
Figura 4: Peça do acervo do Espaço Cultural Nene Emboava, Silveiras.	20
Figura 5: Imagem de um tropeiro, representado pelo Arthur, 6 anos.....	22
Figura 6: Mapa do percurso sugerido..	25
Figura 7: Totem das placas e o totem rodoviário em maquetes elaboradas para a banca final do projeto Emplacando Silveiras: um estudo de sinalização turística.	26
Figura 8: Reunião de apresentação prévia do projeto em Silveiras com membros do trade turístico, secretário municipal, presidente do Comtur e alunos Bárbara e Vinícius, 2018.	28
Figura 9: Grupo escolar Cel. Nogueira Cobra, Bananal, São Paulo, agosto de 1973.....	29
Figura 10: Atravessando fachadas.....	30
Figura 11: Fotos dos trabalhos de campo realizados em Bananal, 2017.....	32
Figura 12: Trajeto do roteiro proposto com os edifícios selecionados e os pontos de partida.....	35
Figura 13: Exemplo de operacionalização de um modelo de roteiro autoguiado..	36
Figura 14: Escravizados em terreiro de uma fazenda de café. Vale do Paraíba, 1882.	37
Figura 15: Cruzamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	39
Figura 16: Vale do Paraíba visto da Serra da Bocaina.....	44
Figura 17: Mapa turístico “Caminhos da Corte – Bocaina”.....	46
Figura 18: Fragmento da Carta Corográfica da Capitania de São Paulo, 1766.	51
Figura 19: Bananal. Jean Batiste Debret, 1827.....	52
Figura 20: Bananal. Thomas Ender, 1817.....	53
Figura 21: Marc Ferrez, Vale do Paraíba, século XIX.....	54
Figura 22: Marc Ferrez, Vale do Paraíba, século XIX.....	55
Figura 23: Sobrado Vallim.....	72
Figura 24: Banda de música dos escravos de Antônio Luís de Almeida, genro e cunhado de Manuel de Aguiar Vallim.	73
Figura 25: Atividade “Que Turismo Você Quer para Queluz”, 2019. Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal de Queluz.....	77
Figura 26: Compilação de material de divulgação.	87



Interior do antigo prédio da Santa Casa de Bananal, 2016.
Foto: Diego Edmilson Peralta